



Ensaio históricos e historiográficos acerca da Revolução Federalista

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

109



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt
Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2023



Ensaio histórico e historiográfico acerca da Revolução Federalista



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Ensaio históricos e historiográficos acerca da Revolução Federalista



CIPSH
INTERNATIONAL COUNCIL FOR PHILOSOPHY AND HUMAN SCIENCES
CONSELHO INTERNACIONAL DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt



**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**

2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2025

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Ensaios históricos e historiográficos acerca da Revolução Federalista
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 109
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Agosto de 2025

ISBN – 978-65-5306-023-4

CAPA: BISTURI. Rio Grande, 23 out. 1892.

Sobre o autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

SUMÁRIO

Uma introdução ao estudo da historiografia acerca da Revolução Federalista / 11

Fontes para o estudo da Revolução Rio-Grandense de 1893-1895 / 27

Antecedentes da Revolução Federalista: visões do Governicho na cidade do Rio Grande / 55

A fermentação pré-revolucionária (de meados ao final de 1892) sob o prisma da arte caricatural nas páginas do *Bisturi* / 81

Uma introdução ao estudo da historiografia acerca da Revolução Federalista

Ao final da década de sessenta do século XIX, já se anunciavam os fatores que, ao longo dos dois decênios seguintes, levariam ao enfraquecimento e desintegração da Monarquia. A inversão partidária de 1868, com a radicalização das posições políticas, as crises geradas a partir da continuidade da Guerra do Paraguai, a gênese e o crescimento do movimento republicano, as querelas com a Igreja, com a Questão Religiosa, o cada vez maior descontentamento dos militares, traduzido na Questão Militar e as contradições do sistema escravista até a abolição definitiva foram alguns destes elementos constitutivos que representariam os motores primordiais em direção à derrocada final da forma monárquica, cristalizada no ato da Proclamação do 15 de Novembro de 1889.

A “Revolução do 15 de Novembro”, ou “Golpe de Estado” que derrubara a Monarquia, ou ainda a “Parada Militar” que surpreendera o “bestializado” povo brasileiro, ao finalmente compreender que aquele fora um movimento que mudara a forma de governo do país, qualquer que fosse a versão entabulada a respeito da Proclamação da República, um elemento ficava evidente – os novos detentores do poder não tinham um

projeto completamente definido e uniforme que engendrasses um modelo pelo qual deveria ser construído o novo Estado Nacional Brasileiro, agora republicano. Diferentes e divergentes grupos políticos atuaram nesta época, cada qual defendendo o seu tipo de república ideal, ou seja, a “verdadeira república”, na concepção de cada um deles.

No Rio Grande do Sul, este processo de diferenciações político-partidárias e ideológicas seria ainda mais notório, tendo em vista o contexto provincial/estadual à época da transição Monarquia – República. Uma série de variáveis demarcavam a conjuntura sul-rio-grandense de então, a maioria delas ligadas a disputa pelo poder, ou seja, pelo controle do aparelho do Estado. No campo político, o exclusivismo partidário dos republicanos seguidores de Júlio de Castilhos alijara do governo todos aqueles que não lessem pela cartilha castilhista, levando à edificação de uma oposição extremamente representativa, embora com profunda heterogeneidade em seu seio, agrupando, ainda que muitas vezes precariamente, membros dos antigos partidos imperiais e as dissidências republicanas. No campo ideológico, opunham-se nesta época, genericamente, dois projetos totalmente discrepantes entre si: o modelo castilhista, que pretendia a construção de uma ditadura positivista, ou seja, um Estado calcado em alguns dos princípios de Augusto Comte; e o “gasparismo” que, detentor do poder até a extinção da Monarquia, buscava a retomada do modelo liberal clássico na orientação da coisa pública estadual; ao lado destes pairava uma disputa entre os defensores de diferentes sistemas de governo para o país e para o estado, através das ideias presidencialistas e

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

parlamentaristas. Além disto, havia também discordâncias quanto ao modelo econômico a ser seguido pelo Rio Grande do Sul, envolvendo questões fundamentais da economia gaúcha de então, mormente ligadas à pecuária, à agricultura, ao comércio e ao contrabando, traduzindo-se, através destas, disparidades quanto à política econômica e as próprias divergências sócio-regionais que caracterizavam então o Estado, entre as oligarquias tradicionais da Campanha/Fronteira e as oligarquias ascendentes da Serra e do Litoral.

Este contexto de crise político-partidária e os dispositivos constitucionais, burocráticos e militares instituídos pelo castilhismo no intuito da perpetuação no poder e não permitindo nenhuma forma de acesso às instâncias governamentais por parte das oposições levaram a um crescente cenário de insatisfação, instabilidade e revolta. Sem chances no jogo eleitoral, a partir das novas regras estabelecidas que só beneficiavam o aparelho eleitoral dos sectários de Júlio de Castilhos, as forças anticastilhistas apelariam para o “direito à revolução” dos povos e seria deflagrado o mais grave movimento que marcou a instauração da República Brasileira – a Revolução Federalista. Caracterizada por um quadro de crescentes paixões e ódios partidários, a Revolução Rio-Grandense de 1893-5 ficou demarcada pelo alto grau de violência que marcou vários de seus episódios, chegando a ser denominada de Revolta da Degola.

As contradições e conflitos políticos prementes no Rio Grande do Sul à época da transição Monarquia – República não foram resolvidos com a deflagração, o desenvolvimento e mesmo após a pacificação da Revolução Federalista, ao contrário, as divergências

partidárias agravaram-se ainda mais após a vitória de Castilhos que, sucedido pelo seu herdeiro partidário Borges de Medeiros, iriam dominar o governo rio-grandense ao longo de quase toda a República Velha. Deste modo a Revolução de 1893 não se encerrou em si mesma, deitando raízes profundas que viriam a se manifestar ao longo das décadas seguintes, inclusive com a eclosão de novos focos revolucionários. Nesta linha, ódios, paixões e violências caracterizaram o cenário político sul-rio-grandense durante os primeiros decênios republicanos e estes elementos marcariam decisivamente a produção intelectual e historiográfica entabulada a respeito da vida gaúcha durante os primórdios da nova forma de governo.

A historiografia faz parte de um processo epistemológico e espelha a produção intelectual de um certo momento do passado. Ela é um fragmento para compreender-se - em uma preocupação de totalidade - este passado. Na historiografia estão os anseios de uma época, as verdades que a dinâmica social das ideias desfigurará com o passar do tempo. A historiografia, de produção intelectual, passa a vestígios de um determinado acontecer para quem a analise; portanto, o conhecimento histórico observado a partir de uma perspectiva de historicidade em processo torna-se objeto de análise ou história-processo no plano do vestígio escrito. Fazer ciência da historiografia exige procedimentos a partir das motivações e da contemporaneidade das novas gerações, porém, utilizando categorias pertinentes ao objeto. Em outras palavras, os homens refazem continuamente a história partindo da organização material no cotidiano de uma determinada sociedade e rescrevem a historiografia. Ao

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

realizarem releituras do conhecimento com base no saber historiográfico, rumam para novos momentos em que o presente será historiografia: um objeto de tensões e críticas a ser recriado pelas gerações futuras¹.

Neste sentido, a historiografia produzida acerca da Revolução Federalista foi, durante longo período, entranhada daquele conteúdo de profundas divergências políticas e ideológicas². Caracterizaram-se, assim, pelo partidarismo as obras mais recentes em relação ao deflagrar do movimento, pois a guerra civil provocara um acirramento de ânimos irremediável entre as forças em disputa e estes conflitos transpuseram-se para os escritos sobre aqueles acontecimentos, que, até significativa parte do século XX, foram realizados por elementos ligados ou ao castilhismo-borgismo ou aos representantes das frentes anticastilhistas³.

Ao longo de pelo menos duas décadas, as narrações/descrições/interpretações acerca dos

¹ ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique. *Trajetórias da historiografia*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999. p. 11.

² Sobre a produção historiográfica a respeito da Revolução Federalista, ver: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: considerações historiográficas*. In: ALVES, F. N. & TORRES, L. H. (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993. p. 65-82.; e FLORES, Moacyr. *Historiografia da Revolução Federalista*. In: FLORES, M. (org.). *1893-95: a Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. p. 117-128.

³ ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Federalista e “verdade histórica”*. In: ALVES, F. N. & TORRES, L. H. (orgs.). *Ensaio de História do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1996. p. 88.

acontecimentos inerentes à Revolução Federalista foram entabuladas de forma engajada e sob o prisma das convicções e/ou paixões partidárias. Desse modo, o conflito entre maragatos e pica-paus se estenderia para além das atividades bélicas, deixando uma grande herança representada pelos confrontos discursivos. Nos artigos de jornais, em folhetos e em livros, as forças divergentes digladiaram-se entre si, cada qual defendendo suas ideias e atacando as dos adversários, além de buscarem construir elementos explicativos/argumentativos para descrever a recente história gaúcha a partir de seus respectivos pontos de vista⁴.

Exemplos desse tipo de produção foram obras como a de Ângelo Dourado que, após o término da revolta, em 1896, publicava sua “narrativa da Revolução

⁴ Análises particularizadas sobre essas obras podem ser observadas a partir dos estudos realizados por Francisco das Neves Alves nos seguintes trabalhos: Dois federalistas descrevem a tentativa de invasão do Rio Grande (abril de 1894). In: ALVES, F.N. & TORRES, L.H. (orgs.). *A cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: FURG/SMEC, 1995. p. 167-180.; Wenceslau Escobar e a oposição ao borgismo. *Revista Estudos Ibero-Americanos*. v. 21. n. 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. p. 91-106.; Silveira Martins X Júlio de Castilhos – a personalização do conflito federalista: um estudo de caso. *Revista Biblos*. v. 9. Rio Grande: Ed. da FURG, 1997. p. 35-44.; A gênese da República no Rio Grande do Sul na visão de Múcio Teixeira. In: *Anais da XVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: SBPH, 1998. p. 269-273.; A formação da República no Rio Grande do Sul na versão de um federalista. *Revista Biblos*. n. 10. Rio Grande, Ed. da FURG, 1998. p. 31-43.

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

de 1893”, intitulada *Voluntários do Martírio*⁵, reconhecida não só pelos episódios narrados, bem como pela descrição de diversos aspectos da sociedade rio-grandense, à época do conflito. Dourado, um médico baiano que se radicou no Rio Grande do Sul, seguiu os caminhos da política, aliando-se ao grupo de oposição ao castilhismo, porém, não se limitou à ação política, atuando como médico e militar nas forças de Gumerindo Saraiva, ficando suas convicções evidenciadas na sua descrição sobre o cenário revolucionário. Outro trabalho marcante sobre a Revolução Federalista, *A verdade sobre a Revolução*⁶, foi escrito pelo advogado, jornalista e político Germano Hasslocher que conheceu os dois lados do conflito, ora aliado de um grupo, ora de outro. Acabou por tornar-se um dos mais ferrenhos inimigos da Revolução e dos revolucionários, escrevendo sua obra nos últimos tempos do movimento, em 1894, deixando sua visão de adversário dos rebeldes nortear suas opiniões e informações sobre a guerra civil⁷.

Outra exemplificação desses trabalhos que se inseriram nesse quadro do partidarismo foi *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*⁸, um dos mais conhecidos sobre a Federalista, escrito pelo advogado Wenceslau Escobar, já na segunda

⁵ DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

⁶ HASSLOCHER, Germano. *A verdade sobre a Revolução*. Porto Alegre: Livraria Mazon, 1894.

⁷ ALVES, 1996. p. 90-91.

⁸ ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Brasília: Ed. da UnB, 1983.

década do século XX. Escobar, político militante, marcou sua atuação pelos vínculos aos princípios liberais/gasparistas, chegando a ser deputado pela oposição rio-grandense e realizando um razoável número de escritos na defesa de suas concepções partidárias e atacando o sistema castilhistaborgista⁹. Nessa época, nem sempre a convicção partidária foi a promotora desses escritos partidaristas, ocorrendo obras escritas a partir de interesses mais pragmáticos, caso de *A Revolução no Rio Grande do Sul: suas causas e seus efeitos*¹⁰ do poeta, teatrólogo, crítico e jornalista Múcio Teixeira, na qual o autor traduziu seus anseios e interesses pessoais e/ou profissionais. Mudando de posição de republicano a monarquista, o que lhe garantiu posições em cargos públicos e privados, esgotadas essas fontes de sustentação, Teixeira aceitou convite de Júlio de Castilhos para uma função na imprensa governista, época na qual escreveu aquela obra, ardorosa na defesa dos ideais castilhistas; sua convicção/cooptação, no entanto, não duraria além de um desentendimento pessoal com aquele líder político, voltando a militar nas ideias monarquistas¹¹. Nesse quadro, os autores dessas obras calcadas no partidarismo constituíram-se em verdadeiros arautos das agremiações político-partidárias, promovendo o debate e defendendo as causas e os modos de agir e pensar dos grupos em confronto.

Afora essas obras evidentemente partidárias, o envolvimento com as paixões políticas que cercou a vida

⁹ ALVES, 1996. p. 89.

¹⁰ TEIXEIRA, Múcio. *A Revolução no Rio Grande do Sul: suas causas e seus efeitos*. Porto Alegre: Typ. do Commercio, 1893.

¹¹ ALVES. A gênese da República..., 1998. p. 272.

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

gaúcha, mesmo após o encerramento da Revolução levou a um certo silenciar das obras históricas sobre o confronto partidário-político que marcara os primeiros anos da forma republicana no Rio Grande do Sul. Além disto, o vitorioso modelo castilhistaborgista iria exercer uma influência direta e incisiva sobre a produção histórica de então. Exemplo disto, foram as obras históricas produzidas então com um caráter didático, nas quais, em relação à Revolução Federalista, as abordagens insistiam na integridade do acontecer histórico, evitando o enfoque nas divisões e conflitos dos grupos dominantes, harmonizando o presente, a partir de uma leitura do passado repleto de personalidades enaltecedoras e exemplos de civismo, e esse legado histórico-cultural refletia-se na ação moralizadora e honesta dos homens que edificavam o progresso da sociedade rio-grandense. Nesse sentido, aos “espíritos infantis” não caberia destacar os momentos de exacerbação do choque entre os grupos dominantes com cenas covardes e degolamentos, nem reproduzir antagonismos ou ódios entre “irmãos”. Assim, segundo essa concepção, a Revolução de 1893 ocorrera com “naturalidade”, ou seja, fora oriunda das paixões partidárias, ou ainda fora um momento historiográfico incômodo – por isso abordado com brevidade ou evitado – que o progresso do período borgista dissolveria em um passe de mágica, em um quadro em que o silêncio e a simulação da harmonia foram recursos contínuos¹².

¹² TORRES, Luiz Henrique. A Revolução Federalista nos manuais de história (1896-1928). In: ALVES, F.N & TORRES,

Essa negligência quanto às informações/interpretações históricas a respeito da Revolução Federalista não marcou apenas os compêndios, como também a produção em geral sobre a História do Rio Grande do Sul, durante várias décadas. A historiografia tradicional e/ou oficial gaúcha também relegou à Federalista um espaço de importância menor no quadro da evolução histórica sul-rio-grandense. O confronto foi analisado essencialmente em seu conteúdo militar, ou ainda, reduzido a um confronto de individualidades, ou seja, uma disputa personalista entre as lideranças governistas e as oposicionistas. Fica ausente nessas abordagens, qualquer objetivo de inserir o conflito em uma conjuntura mais ampla, ou ainda de analisar o conteúdo social e econômico como elementos motores também fundamentais no desenrolar dos acontecimentos, como, aliás, é típico da historiografia oficial¹³.

Tal historiografia tradicional não apresentou tão somente uma visão reducionista acerca da Revolução Federalista, restringindo a abordagem a um arrolamento de episódios militares ou ligados às individualidades políticas, como ainda buscou diminuir ou até anular o real significado desse evento para o conjunto da História

L.H. (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993. p. 87-88.

¹³ Cfe. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Historiografia e ideologia. In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs.). *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 83. Também sobre a historiografia tradicional gaúcha, ver: TORRES, Luiz Henrique. Historiografia sul-rio-grandense. *Revista Utopia ou barbárie*. Rio Grande: APROFURG/Palmarinca, 1992. p.97-98.

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

do Rio Grande do Sul. Intentava-se, assim, instituir uma verdadeira memória controlada, alicerçada na manipulação e na reconstrução do passado, visando determinados fins. Uma memória construída nesse sentido implicou em um processo seletivo de textos e imagens, ressaltando certos dados e eliminando ou desconsiderando outros, como se não tivessem importância ou jamais tivessem existido¹⁴.

Além disto, a Revolução de 1893 foi, por essa vertente historiográfica, constantemente comparada com a Revolução Farroupilha e, em um quadro que visava legitimar a imagem de um Rio Grande do Sul integrado ao todo nacional, essa revolta foi reconstruída e idealizada como o movimento que demonstrava a brasilidade dos gaúchos, ao passo que a Federalista, com seu conteúdo de acirrada divisão partidária, era considerada como o exemplo típico da revolta caudilhesca e violenta que em nada contribuíra para a inserção rio-grandense-do-sul à comunhão nacional. Esse modelo de comparação, estabelecido a partir de ideias preconcebidas e carregadas de preconceitos, e construído para legitimar pressupostos político-ideológicos então em voga, tornou-se recorrente em grande parte da produção intelectual acerca da história gaúcha, edificando-se uma história da revolta dos farrapos através de uma versão romantizada, cheia de heroísmo e bravura, e representando-a como um movimento unificador das forças gaúchas. De acordo

¹⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Revolução Federalista: a memória revisitada. In: POSSAMAI, Z. (org.). *Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993. p. 15.

com essa visão, enquanto a Revolução de 1835 é plasmada como um movimento unívoco e monolítico, a de 1893, sob o argumento da violência desenfreada, aparece como prenhe em equivocidades e quase como um paradoxo no conjunto da evolução histórica rio-grandense, devendo, por isso, ser relegada a um segundo plano, ou ainda esquecida no silêncio do historiador. Construíram-se, dessa maneira, as identidades de uma “revolução heroica”, a Farroupilha, e de uma “revolução fratricida”, a Federalista, rótulos que perpassaram por décadas, marcando o conjunto da produção historiográfica sul-rio-grandense de então¹⁵.

Somente a partir dos anos sessenta, se desenvolveriam alguns trabalhos que viriam a constituir os primórdios em direção a uma renovação da historiografia acerca da Revolução Federalista. A partir de então, se daria um processo de desmistificação em torno do conflito, negando-se as tendências reducionistas e buscando uma abordagem mais ampla para aquele movimento, analisando-o nos seus mais variados fundamentos políticos, econômicos, sociais e/ou ideológicos. Um desses trabalhos precursores foi apresentado por ocasião da quinta edição da série de estudos denominada *Fundamentos da cultura rio-grandense* evento que corporificou a preocupação em trilhar-se outros caminhos que não aqueles seguidos pela

¹⁵ ALVES, Francisco das Neves. *Revolução heróica X revolução fratricida: historiografia & memória*. In: ALVES, F.N. (org.). *Rio Grande do Sul: história, historiografia & memória*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999. p. 105.

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

historiografia tradicional¹⁶. Tratava-se da palestra, posteriormente publicada nos anais da quinta série daquele evento, *O sentido histórico da Revolução de 1893*, de Sérgio da Costa Franco¹⁷. Nesse trabalho, o autor apresenta uma versão abrangente sobre o movimento, não se limitando a descrever os fatos militares e buscando analisar os condicionantes sociais, políticos, econômico-administrativos e ideológicos vinculados à deflagração, ao desenvolvimento e às raízes da guerra civil. Para Franco, não havia mais razões para evitar-se o estudo da Revolução Federalista, considerando-o como um dos componentes básicos para o melhor entendimento da história gaúcha, daí a necessidade de novas análises interpretativas sobre o evento. A conjuntura da transição Monarquia – República no contexto nacional e regional; as identidades sociais dos promotores da guerra civil; a questão do controle do aparelho do Estado; a construção das máquinas eleitorais; o papel da imprensa; as transformações econômicas do período; a homogeneidade governista e a heterogeneidade das forças oposicionistas no que concerne ao pressuposto ideológico; a violência e o caráter de massa de manobra dos setores sociais mais populares a partir das relações de clientelismo foram

¹⁶ MOREIRA, Earle Diniz Macarthy. Linhas de pesquisa histórica no Rio Grande do Sul. In: *Anais da VI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. São Paulo: SBPH, 1987. p. 49.

¹⁷ FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da Revolução de 1893. In: *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962. p. 191-216.

alguns dos elementos enfocados nessa abordagem de Sérgio da Costa Franco.

A partir da década de setenta, e mormente nos dois decênios seguintes, intensificaram-se as pesquisas acerca da Revolução Federalista e, cada vez mais, rompia-se com os ditames da historiografia tradicional e essa revolta deixou de ser reduzida a um simples evento de natureza político-militar, para ser abordada como um fenômeno histórico que abrangia o conjunto das relações humanas na sociedade rio-grandense e brasileira e que deitava profundas raízes sobre a formação histórica dessas sociedades. Dentre esses trabalhos podem ser citados, apenas a título de exemplos, o do brasilianista Joseph L. Love que, em 1971, publicava *O Regionalismo Gaúcho*¹⁸, obra que visa explicar o conjunto da história gaúcha e o significado do Rio Grande do Sul na conjuntura política nacional ao longo de toda a República Velha; o de Sandra Jatahy Pesavento, *A Revolução Federalista*¹⁹, no qual são privilegiadas as relações sociais e de produção como elementos explicativos do conflito; a tese *Political violence and regime change* de Silvio Duncan Baretta²⁰, que traduz os confrontos políticos a partir de fundamentações marcadas pelas discrepâncias regionais e da sociedade rio-grandense da virada do século XIX; e o livro

¹⁸ LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

¹⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

²⁰ BARETTA, Silvio Rogério Duncan. *Political violence and regime change: a study of the 1893 Civil War in Southern Brazil*. Pittsburgh: University of Pittisburgh, 1985.

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Positivismo: um projeto político alternativo de Céli Pinto²¹, no qual a autora aborda a formação política sul-riograndense republicana a partir do estudo das construções discursivas.

Além desses, diversos outros trabalhos foram desenvolvidos ao longo das décadas de oitenta e noventa, em sua maior parte ligados às universidades, com destaque para as monografias, dissertações e teses produzidas junto aos cursos de graduação e pós-graduação, além de uma série de ensaios publicados em coleções históricas, coletâneas de artigos e revistas acadêmico-científicas²². A aproximação do centenário da deflagração da Revolução Federalista também contribuiu decisivamente para que se multiplicassem as pesquisas e as publicações acerca desse conflito. Nesse sentido, a partir da realização de uma série de eventos e da edição de seus respectivos anais, ocorreu um significativo incremento na produção historiográfica a respeito da Federalista, diversificando-se crescentemente os enfoques de análise sobre o movimento revolucionário.

Assim, a produção historiográfica acerca da Revolução Federalista encontra-se em plena edificação e,

²¹ PINTO, Céli. *Positivismo: um projeto político alternativo* (RS: 1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986.

²² Também a título de exemplificação desse tipo de publicações, podem ser destacadas as pesquisas desenvolvidas junto à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, seja em suas revistas ou nos seus diversos trabalhos de conclusão de graduação e pós-graduação. Além disto, também merecem destaque diversos dos ensaios publicados em algumas das edições da série *Documenta* da Editora Mercado Aberto.

nos últimos anos, vem sendo entabulada a partir de renovados pressupostos teórico-metodológicos e de relevantes contatos com as demais Ciências Humanas e Sociais. Nesse sentido, as análises históricas sobre a Revolução de 1893 apresentam-se em franco progresso, sendo interpretada/descrita a conjuntura que envolveu essa revolta nas suas mais variadas nuances e sob os mais diversos prismas e enfoques. Como processo cumulativo, o conhecimento histórico referente à Revolução Rio-Grandense de 1893 pressupõe que as pesquisas devem levar em conta todas as vertentes historiográficas que versaram sobre o tema, de modo que nenhuma delas deve ser descartada, e sim, estudadas as motivações histórico-historiográficas que levaram à montagem dessas diferentes narrações/análises da guerra civil. Nesse sentido, ao lado dos fatores socioeconômicos e político-ideológicos, a própria produção histórico-intelectual a respeito do movimento de 1893-1895 tem se tornado objeto de pesquisa, engendrando-se em um todo que constitui o processo de construção de uma historiografia da Revolução Federalista²³.

²³ Publicado originalmente nos Anais do IX Ciclo de Conferências Históricas. Rio Grande: FURG, 2000. p. 67-77.

Fontes para o estudo da Revolução Rio-Grandense de 1893-1895

A tradição de serem demarcadas determinadas datas redondas, como cinquentenários, centenários, sesquicentenários, tem sido uma constante ao longo da formação histórica brasileira. Contemporaneamente, podem ser observadas duas vertentes principais pelas quais se desenvolvem essas “comemorações”. De um lado há o que se poderia chamar de eventos festivos, ou ainda, no dizer de François Dosse, a “*comemorite aguda*”, ou seja, eventos, em geral de grande porte, que fazem verdadeiras apologias propagandísticas e mega-eventos, enaltecendo o episódio a ser comemorado, porém, sem maiores cuidados (às vezes cuidado nenhum) em relação a uma explicação histórica para o que está sendo demarcando naquela data. Nesse sentido, essas “comemorações” tendem a ser vazias quanto à difusão do conhecimento, porém, extremamente atraentes ao público, tornam-se verdadeiro produto de compra e venda, ou seja, um negócio de *marketing* promovido ao extremo pelos meios de comunicação de massa. Ao lado dessas, notadamente promovido a partir dos meios acadêmicos/universitários, há um outro tipo de evento que serve para demarcar aquelas datas. Esses buscam encontrar na ocasião daquela data redonda um espaço para a discussão e a reflexão sobre os temas em voga, buscando explicações conjunturais e não-episódicas para

os acontecimentos em questão, intentando levar ao público análises e interpretações que, embasadas na pesquisa, contribuam para um melhor conhecimento acerca da formação histórica das comunidades internacionais, nacionais e regionais.

Esses trabalhos analítico-interpretativos a respeito da formação histórica brasileira e sul-rio-grandense ocorreram em relação as mais variadas datas e, dentre elas, em torno de 1993, diversos eventos e publicações demarcaram a passagem do centenário da Revolução Federalista, um dos movimentos mais significativos que caracterizou a formação da República Brasileira. Este trabalho não tem nenhuma pretensão de abordar historiograficamente o conteúdo em questão e sim de realizar um levantamento de fontes, complementar a um ensaio anteriormente realizado (ver Alves, 1995). Trata-se aqui de apontar os objetivos editoriais e o conteúdo das diversas obras que vieram a público por ocasião daquele centenário, intentando também localizar quais os enfoques principais abordados em cada um desses artigos. Nesse sentido, ao destacar a abordagem primordial de cada um desses trabalhos, de uma forma não-reducionista, localizando-as no político, no econômico, no social, no cultural, no levantamento de fontes, na historiografia, na história local e na militar, entre outras, esse trabalho pretende prestar mais uma contribuição a um melhor entendimento histórico acerca da Revolução Rio-Grandense de 1893-1895.

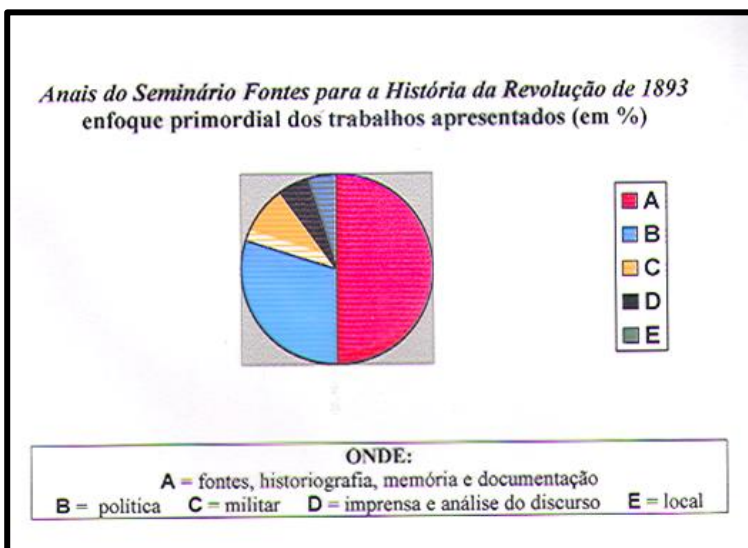
O trabalho pioneiro em torno da demarcação do centenário da Revolução Federalista, antecedendo em uma década a essa data no intento de preparar as comemorações para a mesma, foi o *Seminário Fontes para*

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

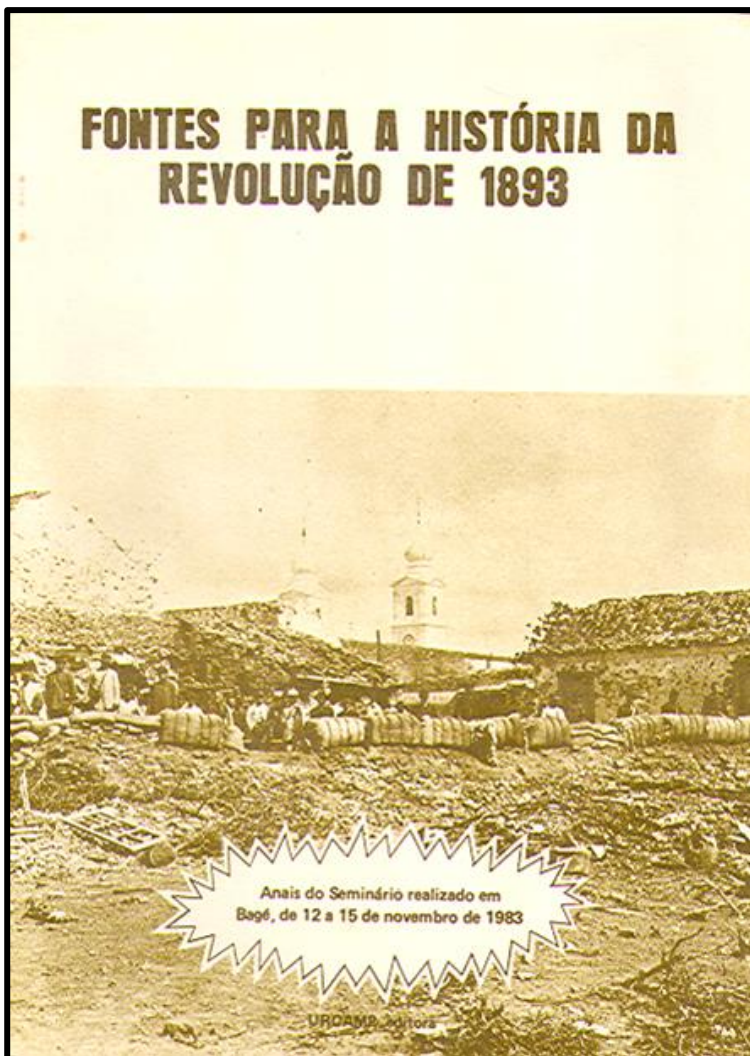
a História da Revolução de 1893, organizado na cidade de Bagé, pela Universidade da Região da Campanha, em 1983, publicando-se os Anais do evento em 1990. Segundo seu organizador, Tarcisio Antonio Costa Taborda, o Seminário fora “programado para assinalar o transcurso do 90º aniversário” da Revolução de 1893, “reunindo historiadores e pesquisadores do Sul do Brasil, que expuseram o levantamento de algumas fontes primárias e apresentaram resultados de pesquisas efetivadas”, propiciando “a realização de amplos debates sobre a Revolução Federalista”. Ao realizar o evento, a entidade promotora pretendeu “abrir espaço para a divulgação de estudos desse período histórico” e “despertar atenções para a necessidade de serem tornadas públicas fontes primárias, que ainda se acham em poder de particulares ou que, embora depositadas em órgãos públicos, não têm tido o apreço devido”.

Esse Seminário sobre a Revolução Federalista destacava, também na sua apresentação, que se realizara para trazer à discussão aquele fenômeno histórico de tanto significado para a formação sul-rio-grandense. Nesse sentido, explicava-se que “a realização de estudos sobre a Revolução de 1893 é de muita importância, eis que foi um movimento que provocou uma profunda separação nos segmentos políticos dos Estados sulinos, com reflexos que subsistem até o momento”, constituindo-se em um movimento “onde se generalizou uma grande violência, radicalizando posições, a tal ponto, que maragatos e pica-paus continuaram política e socialmente divididos por quase duas gerações”. Os textos dos Anais do *Seminário Fontes para a História da Revolução de 1893* abordaram assuntos variados como os combates, a participação de militares, a ação da

imprensa e as conexões com a revolta em Santa Catarina e com a Revolta da Armada, porém, de acordo com os próprios objetivos do evento, predominaram os ensaios que destacavam fontes históricas para o estudo do movimento revolucionário, como demonstra o seguinte gráfico:



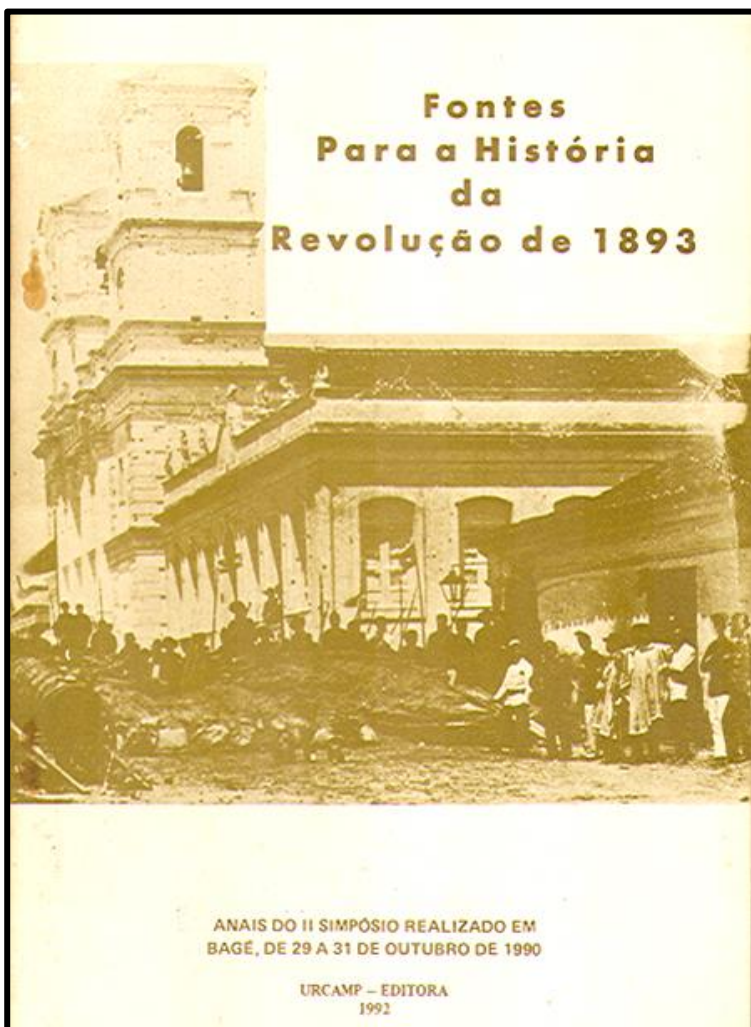
ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA
DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

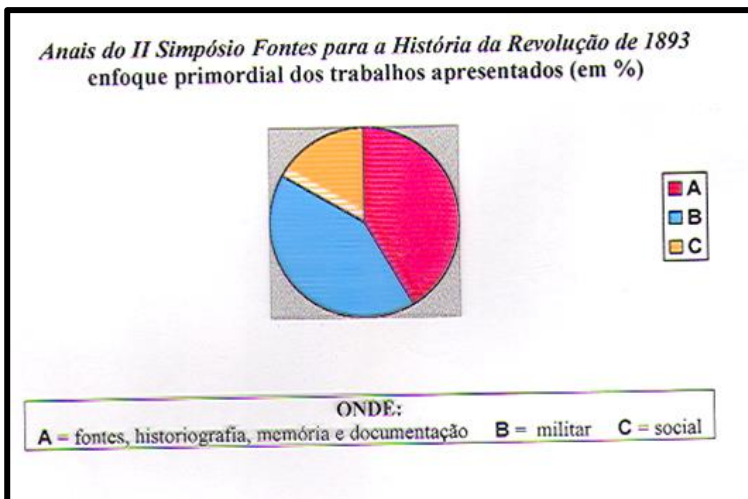


O sucesso daquela primeira versão levou a Universidade da Região da Campanha à realização de

uma segunda edição do evento, em 1990, naquela mesma cidade, resultando daí a publicação dos Anais do *II Simpósio Fontes para a História da Revolução de 1893*, editados em 1992. Na apresentação dessa obra, destacava-se que “o grande interesse despertado entre pesquisadores e estudiosos de nossa história” pelo I Seminário, levara seus organizadores “a promover nova reunião do gênero”, a qual contara “com apreciável afluência de interessados e onde foram discutidos novos aspectos da Revolução Federalista”. O ano do centenário da Revolução de 1893 levou à realização da terceira edição desse evento, na qual foram apresentadas abordagens ainda mais diversificadas sobre aquela rebelião, esses ensaios, infelizmente, não foram até agora publicados, não viabilizando a divulgação de uma numerosa e variada gama de interpretações a respeito da Revolução Rio-Grandense de 1893-5. Quanto aos Anais do *II Simpósio Fontes para a História da Revolução de 1893*, permaneceram as abordagens sobre os episódios e personagens militares, sendo também destacado o conteúdo de violência do movimento, persistiu, no entanto, o predomínio dos textos que buscavam desvelar as fontes e realizar levantamentos de documentações sobre a Revolução, conforme representado no próximo gráfico:

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA
DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

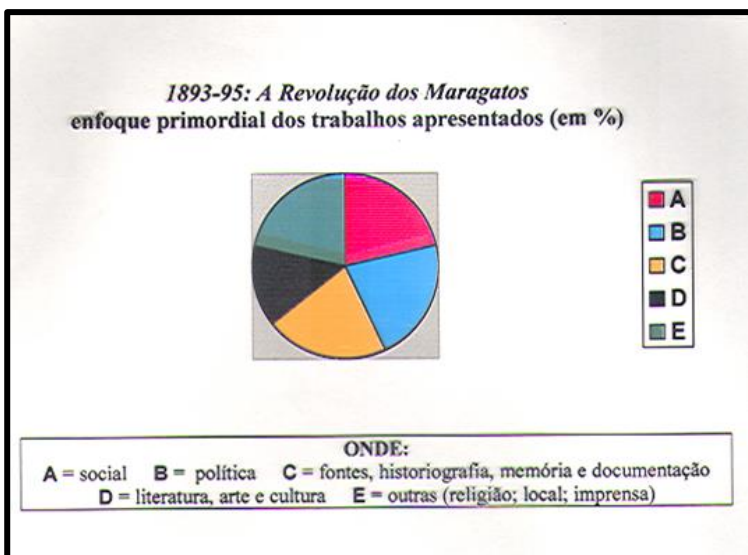


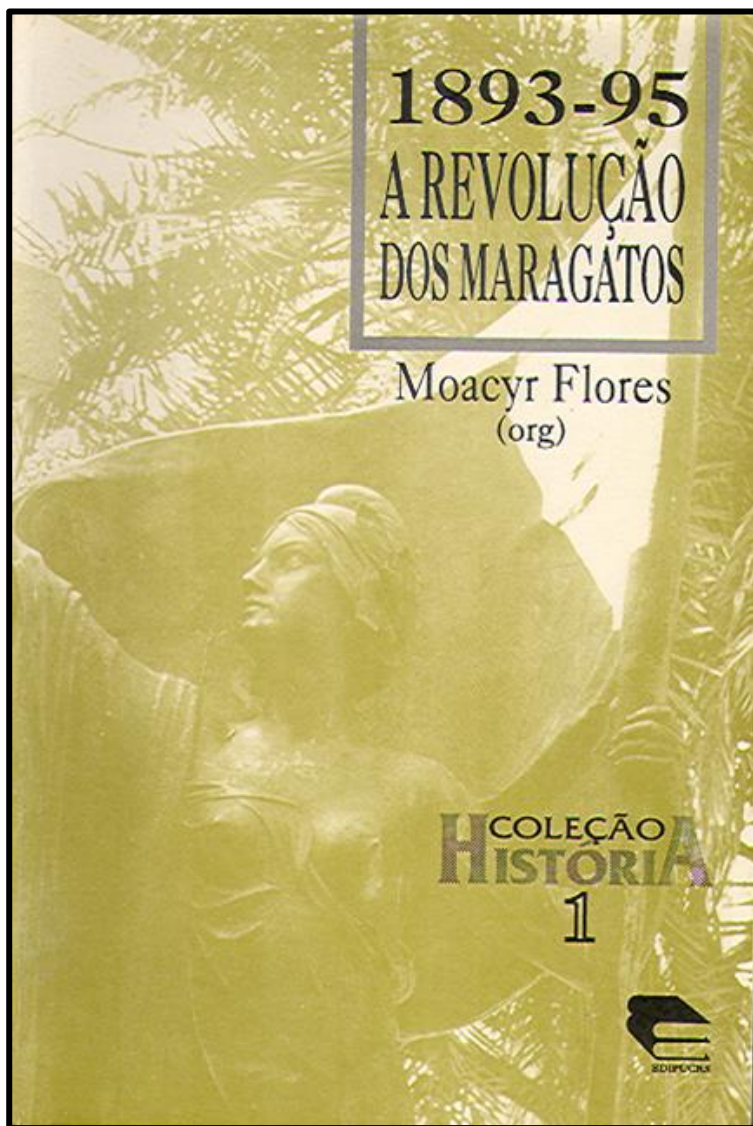


A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul também realizou um evento sobre a Revolução de 1893, do qual resultou a publicação *1893-95: a Revolução dos Maragatos*, organizada pelo Prof. Moacyr Flores, em 1993. Na Introdução da referida obra, afirmava-se que, “tendo em vista o centenário da Revolução Federalista, o Departamento de História do IFCH/PUCRS, resolveu realizar um curso de extensão denominado *RS: 1893 Conflitos e Projetos*”, cuja “ideia central” fora a de “aproveitar o momento para fazer uma análise crítica sobre questões não respondidas a respeito da guerra entre Maragatos e Pica-Paus, as quais ainda hoje trazem inquietações à nossa realidade”. Dentre os objetivos do curso, estava o de “levar o conhecimento acadêmico para fora dos muros da universidade” e a publicação visava “abrir caminho para publicações decorrentes de outros cursos de extensão”, de modo a

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

“contribuir no sentido da divulgação das pesquisas e na extensão do conhecimento a um número maior de interessados”. 1893-95 *a Revolução dos Maragatos* trouxe ao público uma série de ensaios que abordaram os mais variados enfoques acerca da Revolução Federalista, sendo destacados tópicos envolvendo sociedade e política, conflito e violência, revolucionários e imigrantes, arte e imprensa, e historiografia e memória. Essa variedade de abordagens fica evidenciada a partir do gráfico seguinte:



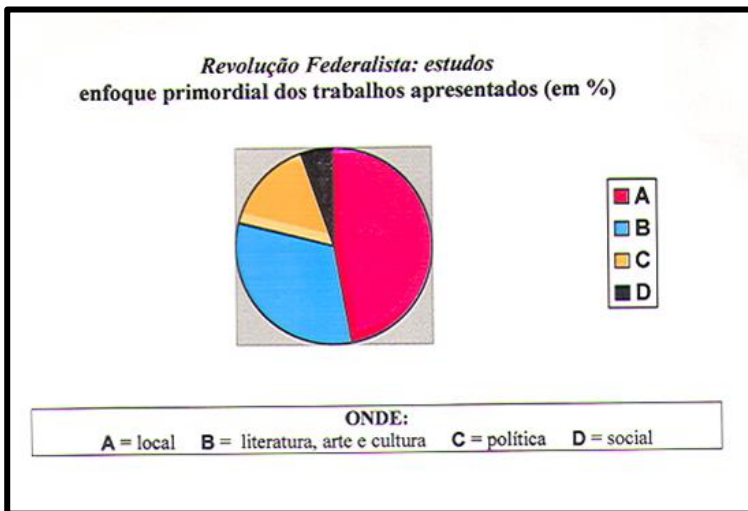


ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

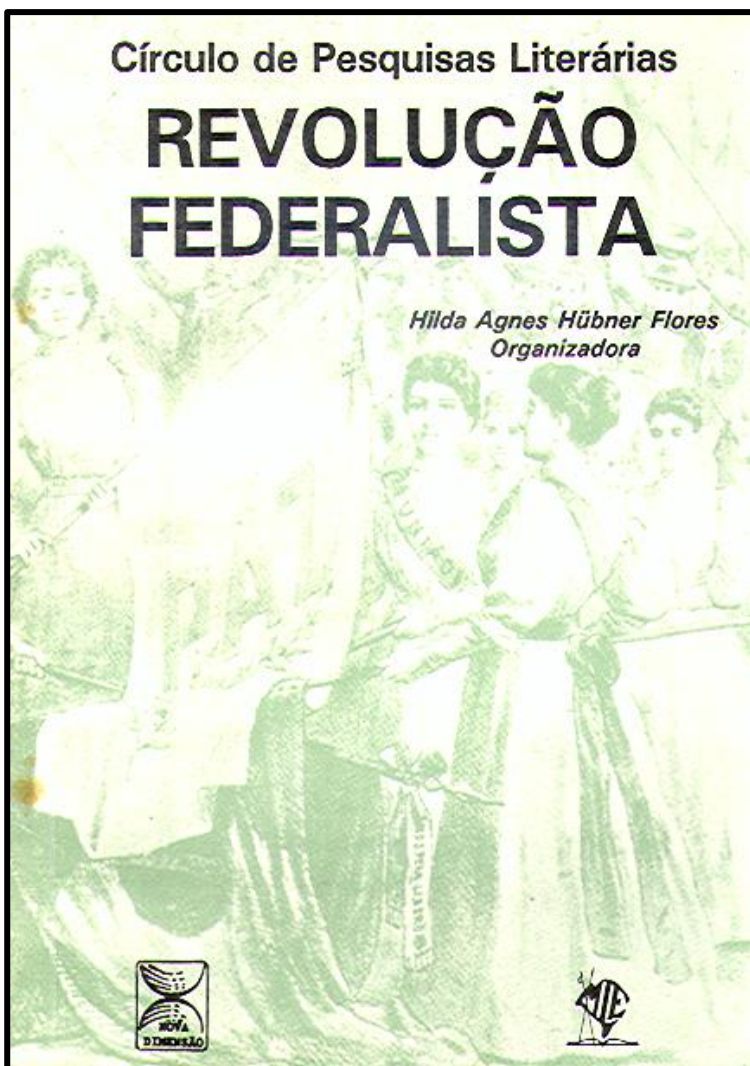
Revolução Federalista: estudos, organizada pela Profa. Hilda Agnes Hübner Flores, foi outra publicação que visou demarcar o centenário da Revolução de 1893, promovida pelo Círculo de Pesquisas Literárias. Publicada em 1993, essa obra consistia-se em uma antologia que resultara do III Encontro de Estudos, realizado no ano anterior, e visava, segundo sua organizadora, estudar “a sociedade rio-grandense da década de 1890, suas linhas de pensamento e expressões literário-culturais, as diferenças políticas que, pelos municípios, envolveram a população civil em um clima inimaginável de sangue e horror, em nome de inaceitáveis lutas pelo poder”.

Em sua Introdução, *Revolução Federalista: estudos* trazia algumas das ideias que marcaram por longo tempo a produção historiográfica a respeito do assunto em debate, afirmando-se que “conhecer a Revolução Federalista em sua mesquinha justificativa, sua extensa ação destrutiva e seus nefastos efeitos, é capacitar a uma tomada de posição, para que não mais se repita a intolerância que era a tônica dos políticos, embalados por suas vaidades e ambições”. De acordo com esse espírito de uma “lição histórica”, destacava-se que o “caminho para se alcançar” aquele estágio era “inegavelmente o da cultura”, de maneira a “mudar mentalidades e conjugar esforços na busca do progresso e do bem-estar que todos almejamos”, devendo a leitura daquelas linhas “servir para esclarecimento e reflexão”. Ideias e doutrinas na década de 1890, aspecto sociocultural, aspecto político e a Revolução nos municípios foram os tópicos abordados nessa obra, onde prevaleceram os enfoques destinados a estudar a história do local e, de acordo com os próprios objetivos da

publicação, o componente cultural, como representa o gráfico a seguir:



ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA
DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA



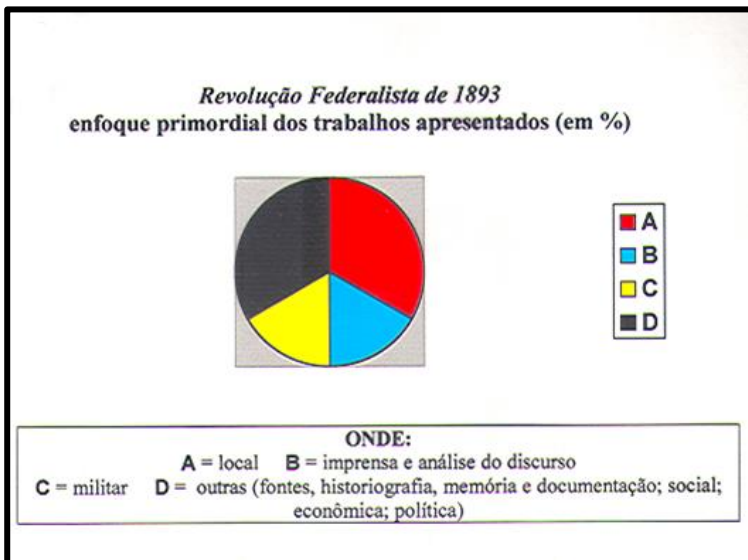
A Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, também em 1993, lançou a publicação *Revolução*

Federalista de 1893, organizada pela pesquisadora Zita Possamai. Segundo a organizadora, “passados cem anos, o Rio Grande do Sul repensa um dos episódios mais cruentos de sua história: a Revolução Federalista de 1893”, considerando que o momento era “bastante profícuo para refleti-la, pois, certamente, nos suscita questões que fazem parte, por um lado, das discussões políticas do Brasil atual” e, por outro, “das angústias do homem contemporâneo que tem diante de si um quadro de atrocidades, a nível mundial, onde a violência tornou-se uma marca registrada”. De acordo com a obra, “pensar os cem anos da Revolução de 1893 não implica, necessariamente, em comemorar o episódio ou julgar os seus participantes”, e sim, “refletir sobre as suas motivações e as histórias que dela nos contam”, lançando-se “um olhar do presente sobre os acontecimentos do passado” e, portanto, refletindo-se “sobre a própria história e seu processo de construção”.

Com essa obra, a Secretaria Municipal de Cultura se propunha “a participar da reflexão”, ao reunir “artigos de vários pesquisadores que se debruçaram sobre a Revolução Federalista”, de modo a “contribuir para o debate”. Tinham assim, os promotores da publicação, a esperança de “estar contribuindo para o debate, a reflexão e a compreensão desse episódio da história do Rio Grande do Sul”, assunto o qual, “pelas paixões que suscita, certamente não terá aqui o seu debate esgotado”. A memória, a degola, a fronteira, a política, a imprensa e o discurso foram alguns dos temas debatidos nessa obra, além de alguns ensaios destinados especificamente a tratar de episódios e indivíduos que marcavam a interseção da Revolução com a cidade de Porto Alegre. De acordo com essas abordagens, assim

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

ficaram distribuídos os assuntos destacados na publicação:





Ainda em 1993, ocorreria na cidade do Rio Grande, o *Seminário Internacional Pensar a Revolução Federalista*, promovido pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande e do qual se originaria um livro homônimo, organizado pelos Profs. Francisco das Neves Alves e Luiz Henrique Torres, lançado durante a realização do evento. Nesse seminário, foram reunidos alguns dos maiores especialistas, em nível internacional, nacional e regional, sobre a formação republicana brasileira e sul-rio-grandense os quais produziram uma série de ensaios com os mais variados enfoques sobre a

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

conjuntura da Revolução. De acordo com os organizadores, a Revolução Federalista insere-se em um processo histórico complexo, situado na transição da Monarquia para a República no Brasil, e decorreu das redefinições dos diferentes níveis da vida nacional/regional nos primórdios da República Velha, de forma que os acontecimentos ocorridos entre 1893-95 não se reduzem a uma inteligibilidade limitada ao rio-grandense, mas exigem articulações intelectuais com o contexto nacional. Para eles, a decodificação das historicidades possíveis da Federalista exige renovado instrumental investigativo, conforme indicavam os próprios artigos ali publicados.

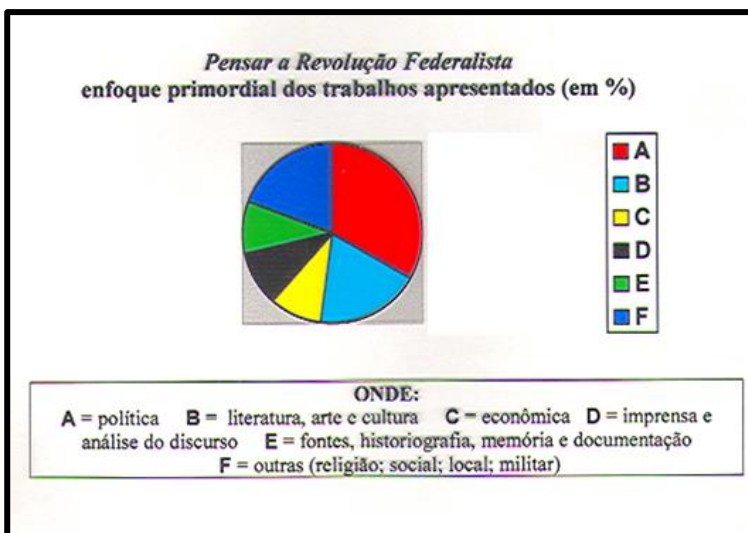
Ainda na Apresentação da obra *Pensar a Revolução Federalista*, afirmava-se que “a reunião de alguns dos principais especialistas no assunto evidencia a necessidade em aprofundar as análises sobre a Revolução Federalista no campo econômico, social, político, literário, religioso, do imaginário, etc., indicando a releitura de enfoques interpretativos e o destaque a novos objetos ainda pouco estudados, além de um balanço crítico-historiográfico”. Nesse sentido, tinha-se por intento que “os diferentes temas e objetos ligados à guerra civil de 1893” propiciassem “leituras informativas e reflexões, além de sugestões de pesquisas a um público leitor diversificado”, de modo que o livro “muito mais do que comemorar o centenário da Revolução de 1893”, pretendia “pensar a Revolução Federalista...”. A diversificação quanto às abordagens foi uma das características marcantes dessa obra, como fica evidenciado a partir da seguinte representação:

PENSAR A
**REVOLUÇÃO
FEDERALISTA**

*Sérgio da Costa Franco
Joseph L. Love
Earle D. Macarthy Moreira
Pedro Cezar Dutra Fonseca
Edgard Carone
Carlos Humberto P. Corrêa
Jali Meirinho
Francisco das Neves Alves (org.)
Helga Iracema Landgraf Piccolo
Luiz Henrique Torres (org.)
Carlos Alexandre Baumgarten
Moacyr Flores
Artur Cesar Isaia
Benito Bisso Schmidt
René E. Gertz
Maria Eunice Moreira
Tarcisio Antonio Costa Taborda
Loiva Otero Félix
Odah Regina Guimarães Costa*

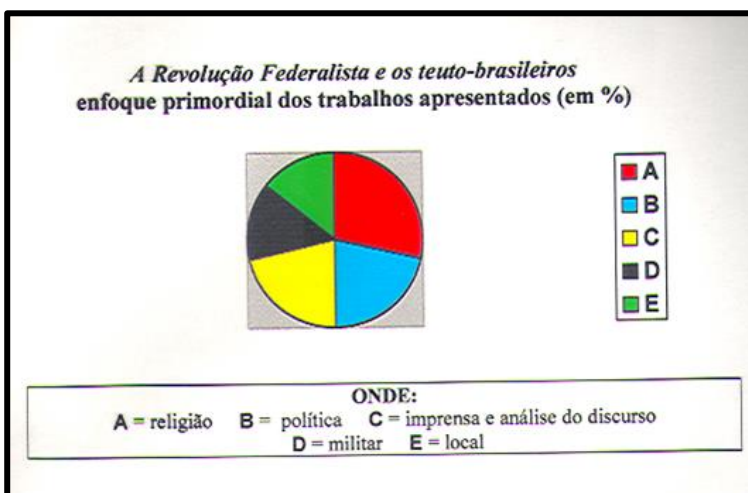


ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

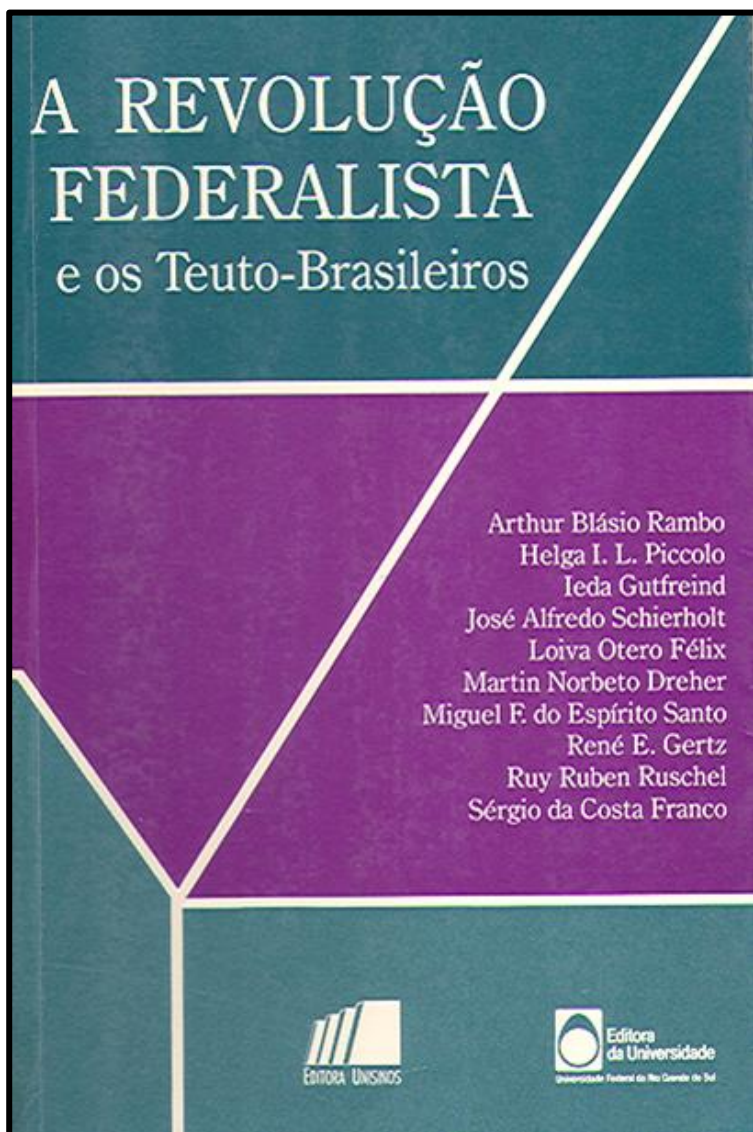


A Universidade do Vale do Rio dos Sinos seria outra instituição a demarcar o centenário da Revolução Federalista com um evento de extensão, através do *Seminário Memória da Revolução de 1893 - 1895: a Revolução Federalista na região de colonização alemã no Rio Grande do Sul*, ocorrido em 1993. Dois anos depois, aquela instituição, junto à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, lançaria o livro *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*, organizado pelos Profs. Arthur Blásio Rambo e Loiva Otero Félix. Tanto o evento quanto a publicação destinaram-se a analisar o conjunto da Revolução Federalista e, através de estudos de caso, privilegiar as análises voltadas às áreas de colonização alemã. Os organizadores propunham-se, naquela obra, a apresentar os anais daquele evento, reunindo os textos referentes a palestras, conferências, comunicações individuais e às mesas redondas sobre “Religião e

Participação Política”, “Movimentação Bélica na Revolução Federalista nas Regiões de Colonização Alemã” e “A Imprensa e a Revolução Federalista nas Regiões de Colonização Alemã”. Apesar dessa preponderância de uma análise regional, referente à zona de colonização alemã, diversas abordagens são apresentadas na obra em questão, como revela o gráfico seguinte:



ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA
DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA



Em 1997, a Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH) também lançaria uma obra alusiva ao centenário da rebelião que marcou a formação republicana brasileira, intitulada *Revolução Federalista*, sob a organização da Profa. Cecília Maria Westphalen. Essa publicação reunia os trabalhos dos sócios da SBPH apresentados no *Segundo Congresso da Revolução de 1894*, realizado em Curitiba, no ano de 1994 e cujos anais, até então, não haviam sido publicados. Visando promover a divulgação da produção científica de seus sócios e possibilitar a difusão da análise histórica a respeito de tão primordial momento da formação brasileira, a SBPH levava ao público aquele livro que apresentava enfoques diversos acerca da Revolução Federalista. Através de várias abordagens, essa publicação evidencia as conexões (e desconexões) da Revolução Rio-Grandense de 1893-5 com o contexto nacional, mormente com as outras duas unidades sulistas, Paraná e Santa Catarina. Os principais enfoques destacados nessa obra podem ser sintetizados a partir do gráfico seguinte:

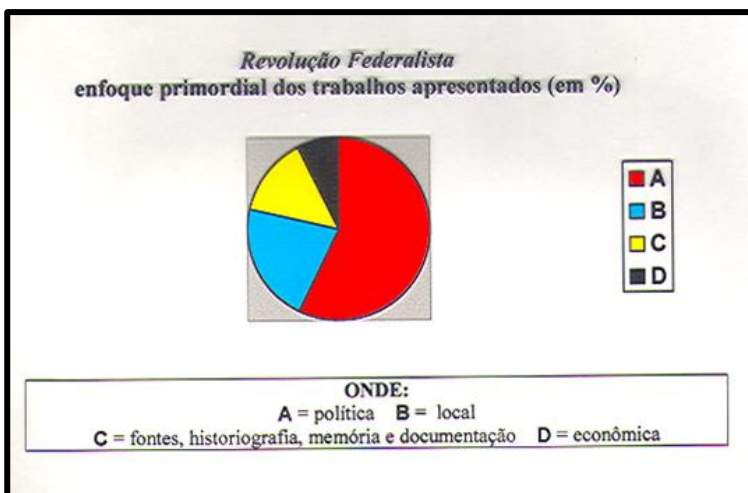
ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA
DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA



Revolução Federalista

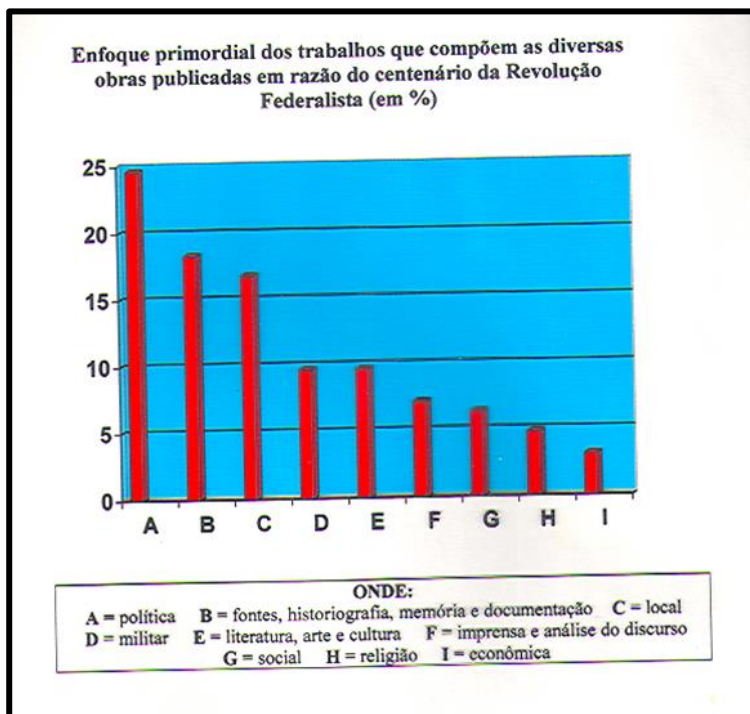
CURITIBA
SBPH
1997



Cada uma dessas obras, de acordo com seus intentos, privilegiou determinadas abordagens históricas, o que não significou, de nenhum modo, a elaboração de trabalhos históricos monocausais ou ainda de abordagens que se deixaram influenciar por visões reducionistas da história. Na verdade, apesar de certas abordagens constituírem-se no cerne dos trabalhos, isto não significou, de modo algum, que um determinado enfoque significasse a renúncia ou o divórcio em relação aos demais. Dessa maneira, a maior parte dos artigos que compuseram as obras que demarcaram o centenário da Federalista, articularam e inter-relacionaram os vários elementos constitutivos que estiveram presentes no cenário do conflito, fazendo interagir os diversos conteúdos, fosse o político, o econômico, o social ou o ideológico. Nesse sentido, não-reducionista, esses estudos destinaram-se a abordagens diversificadas e

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

cujos enfoques principais distribuíram-se da maneira que segue:



Esses estudos publicados ao longo daquela série de obras, trabalhando a política, as fontes, a historiografia, a memória, a documentação, a história local, a história militar, a literatura, a arte, a cultura, a imprensa, a análise do discurso, a história social, a religião e a história econômica, representam um significativo esforço promovido, mormente pela meio acadêmico/universitário, para difundir as mais variadas formas de descrição/análise/interpretação dos

fenômenos históricos que envolveram a Revolução Federalista. Em grande parte, esses ensaios trouxeram a público novas abordagens analítico-interpretativas, embasadas em renovado arcabouço teórico-metodológico, a respeito de uma fase da história que se encontrava ainda com profunda carência bibliográfica e cercada de lacunas históricas, tabus e preconceitos que só serviam para obscurecer o conhecimento histórico acerca desse decisivo momento da história gaúcha. Nesse sentido, esses livros produzidos por ocasião do centenário da Federalista representaram um importante passo para uma construção historiográfico-intelectual que, em um processo de constante renovação e revisão, vem permitindo um estudo cada vez mais aprofundado em direção à edificação da história da Revolução Rio-Grandense de 1893-1895²⁴.

Referências bibliográficas

ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993.

ALVES, Francisco das Neves. Fontes bibliográficas para o estudo da Revolução Federalista: levantamento parcial (1983-93). *Revista Biblos*. n. 7. Rio Grande: Ed. da FURG, 1995. p. 255-73.

²⁴ Publicado originalmente nos Anais do IX Ciclo de Conferências Históricas. Rio Grande: FURG, 2000. p. 79-91.

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA
DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

DOSSE, François. A mania da fragmentação. *Folha de S. Paulo*. 6 ago. 1995. p. 5.

FLORES, Hilda Agnes Hübner (org.). *Revolução Federalista*. Porto Alegre: Martins Livreiro, Nova Dimensão, 1993.

FLORES, Moacyr (org.). *1893-95: a Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

POSSAMAI, Zita (org.). *Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

RAMBO, Arthur Blásio & FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995.

SEMINÁRIO Fontes para a História da Revolução de 1893, Anais. Bagé: URCAMP, 1990.

SIMPÓSIO Fontes para a História da Revolução de 1893. Anais. Bagé: URCAMP, 1992.

WESTPHALEN, Cecília Maria (org.). *Revolução Federalista*. Curitiba: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 1997.

Antecedentes da Revolução Federalista: visões do Governicho na cidade do Rio Grande

A situação política no Rio Grande do Sul nos primeiros tempos após a proclamação da República foi caracterizada por uma ampla instabilidade, fruto das disputas partidárias e individuais pelo controle do aparelho do Estado, em um processo que, de modo crescente, resultaria em grave crise institucional representada pela Revolução Federalista. Os republicanos históricos, liderados por Júlio de Castilhos, após o 15 de Novembro, foram, gradualmente, assenhorando-se do poder e promovendo um expurgo dos elementos não ligados diretamente a essa liderança. Mais do que montar uma estrutura que lhes garantisse a continuidade no controle do governo, os castilhistas passaram a desenvolver dispositivos institucionais, legais, eleitorais e de repressão que não deixavam nenhuma margem para que os grupos excluídos tivessem qualquer chance de desalojarem aqueles do poder. Esse exclusivismo político, centrado na figura de Júlio de Castilhos gerou uma ferrenha oposição representada pelos seguidores dos antigos partidos imperiais, notadamente os liberais, pelos republicanos de última hora e até mesmo por históricos que formariam uma dissidência ao partido castilhista. Na direção da consolidação dos castilhistas no governo do Rio Grande do Sul, o golpe de Estado perpetrado pelo

primeiro Presidente da República, Deodoro da Fonseca, fechando o Congresso Nacional, teria um papel decisivo, pois, tendo em vista a relutância de Júlio de Castilhos no apoio ao golpe, a agitação tomou conta do Estado, em novembro de 1891, em um movimento que viria a promover a derrubada, ainda que temporária dos seguidores do castilhismo do poder.

A Revolução de 8 de Novembro, como então ficou conhecida, atingiria um de seus objetivos, ao derrubar Castilhos, e, a 23 de novembro, chegaria a seu outro intento com a renúncia de Deodoro da Fonseca, assumindo o Vice-Presidente Floriano Peixoto. A atitude de Júlio de Castilhos provocou novas dissidências no partido castilhista, dentre elas a de Assis Brasil. E foram os dissidentes republicanos que exerceram papel decisivo no interregno de afastamento dos castilhistas do poder, entre novembro de 1891 e junho do ano seguinte, período que esses, pejorativamente, denominaram de “Governicho”. Desde a deposição de Castilhos, o governo foi exercido por uma junta formada por Assis Brasil, Barros Cassal, Manoel Luís Osório e pelo General Domingos Barreto Leite, até o dia 17 de novembro, quando a administração passou a ser exercida somente por este último. Era o início da ascendência dos dissidentes no Governo do Estado, tendo em vista a influência de Barros Cassal sobre Barreto Leite, sendo inclusive nomeado Vice-Governador, chegando a ocupar interinamente o cargo de governante máximo do Estado.

O governo da dissidência republicana iria caracterizar-se por uma série de contradições advindas das próprias idiossincrasias daquele delicado momento político da vida rio-grandense. Logo de início, os dissidentes buscaram afastar a influência dos liberais do

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

governo, virando às costas aos companheiros de oposição e de rebelião da véspera, e cujas lideranças ainda eram fundamentais para qualquer mobilização eleitoral. Na busca de legitimar-se no poder, o governo marcou eleições para a formação de uma “Convenção Rio-Grandense”, porém, tendo em vista o constante clima de tensão e crise política, esse pleito foi por diversas vezes adiado, aumentando a insatisfação para com os governantes. As *derrubadas* dos adeptos do castilhismo dos cargos públicos e uma tentativa de sedição dos castilhistas, em fevereiro de 1892, tornariam ainda mais instável a conjuntura política rio-grandense, descambiando as ações para uma violência desmedida. Nesse quadro, os detentores do poder adotaram uma série de medidas de repressão, inclusive com relação à imprensa. Os líderes do Governicho chegaram a dotar o Estado de uma “Constituição Provisória”, bastante parecida com a castilhista, justificando essa atitude pela impossibilidade de convocar as eleições à “Convenção”.

O retorno de Gaspar da Silveira Martins do exílio, em fevereiro de 1892, promoveria nova reviravolta no quadro político-partidário rio-grandense-do-sul. Com a volta de seu líder, os liberais afastaram-se mais decisivamente da aliança com a dissidência republicana, revelando-se o quanto era tênue o acordo entre os parlamentaristas liberais e os dissidentes presidencialistas. Reunindo-se no Congresso de Bagé, em março de 1892, representantes dos antigos partidos imperiais, sob o predomínio dos gasparistas, lançaram as bases de uma nova agremiação, o Partido Federalista, cujas propostas eram diametralmente opostas àquelas implantadas no Rio Grande do Sul de acordo com o modelo castilhista. A fundação do Partido Federalista

revigorou a oposição liberal, porém, representou um significativo fator para o colapso do Governicho. Em progressivo declínio, tendo em vista suas próprias incoerências, o governo da dissidência republicana teve a sua crise ainda mais agravada ao enfrentar as críticas e o combate não só dos castilhistas, como também dos federalistas. Pressionados de ambos os lados e frente ao iminente desastre, em junho de 1892, os dissidentes passaram o governo ao Visconde de Pelotas que ainda tomaria diversas medidas no intento de salvar a situação.

No entanto, a 17 de junho de 1892, dava-se o levante dos castilhistas, operação planejada e organizada que atingiria seus objetivos com eficiência. No mesmo dia, Júlio de Castilhos foi recolocado no Governo do Estado, passando o cargo em seguida para o deputado Vitorino Monteiro que deveria organizar novas eleições. João Nunes da Silva Tavares, a quem o Visconde de Pelotas passara o governo, ainda tentou reagir, mantendo um governo paralelo na cidade de Bagé. Essa resistência, porém, não durou além de 4 de julho, quando, diante da intervenção do Exército Nacional, Silva Tavares dispersou suas forças. A eficácia do contragolpe dos seguidores do castilhismo deveu-se em grande parte ao apoio do Governo Federal. Entre apoiar os castilhistas, adeptos do presidencialismo ou os federalistas, defensores do parlamentarismo, Floriano Peixoto decidiu-se pelos primeiros, atitude que iria manter durante todo o período de convulsão no Rio Grande do Sul e que seria decisiva para os destinos da mesma. Após o retorno dos castilhistas, a revolução tornara-se um processo irreversível. A instabilidade política característica desse período traria profundos

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

reflexos junto à imprensa gaúcha e, em especial, à rio-grandina, uma das mais tradicionais da conjuntura rio-grandense de então. Desse modo, o jornalismo viria a ser um elemento de significativa importância na propagação dos discursos das várias frentes partidárias em disputa no período e, na cidade do Rio Grande, o Governicho traria diferentes formas de reação, ora críticas, ora de apoio e essas repercussões encontraram eco nas páginas dos jornais rio-grandinos²⁵.

²⁵ Sobre o período em estudo, observar: VILLALBA, Epaminondas. *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1897. p. 22-23.; MORITZ, Gustavo. *Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul* 89-90-91. Porto Alegre: Tipografia Thurmman, 1939. p. 259-308.; FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da Revolução de 1893. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962. p. 200-201; FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993. p. 30-6.; LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 51-7.; TRINDADE, Hélió. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 135-142.; TRINDADE, Hélió. *Poder Legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 1980. p. 53-54.; e RODRIGUES, Francisco Pereira. *O Governicho e a Revolução Federalista*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990. Já a respeito do contexto da implantação do Governicho na cidade do Rio Grande, ver: ALVES, Francisco das Neves. O Golpe de Estado de novembro de 1891 e as repercussões na cidade do Rio Grande. *Revista Biblos*. v. 11. Rio Grande: Ed. da FURG, 1999. p. 63-76.

A oposição ao Governicho

Dois jornais da cidade do Rio Grande historicamente ligados ao Partido Liberal, o *Diário do Rio Grande* e o *Artista* tiveram de adaptar profundamente suas construções discursivas diante das mudanças políticas promovidas a partir da Proclamação da República. Apoiando a nova forma de governo, diante do fato consumado, os mantenedores desses periódicos não deixaram, no entanto, suas convicções de lado, criticando, cada um a seu modo, a maneira pela qual vinha sendo implementada a mudança institucional, censurando mormente as atitudes autoritárias e, no caso do Rio Grande do Sul, exclusivista, dos novos detentores do poder. A forte repressão desencadeada pelos governantes, porém, levaria as folhas a controlar seus pronunciamentos diante dos fatos políticos, silenciando muitas vezes diante da pressão das autoridades políticas e policiais. Os acontecimentos advindos a partir do golpe de Deodoro da Fonseca levariam tanto o *Diário* quanto o *Artista* a uma retomada das discussões político-partidárias, apoiando inclusive a Revolução de 8 de Novembro e aplaudindo abertamente a derrubada de Deodoro e, mais veladamente, a de Júlio de Castilhos. Tendo em vista suas históricas filiações partidárias aos liberais ambos os periódicos rio-grandinos acabariam por manifestar-se contrariamente às orientações dos dissidentes à época do Governicho.

Apesar da ligação com os liberais, o *Diário do Rio Grande* sempre buscou pautar sua construção discursiva em torno de uma suposta neutralidade diante da

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

política, intentando moldar um norte editorial essencialmente voltado à prática informativa. Nesse sentido, no início de 1892, mesmo após ter apoiado a Revolução de 8 de Novembro e, principalmente depois da ascendência dos dissidentes no Governicho, o *Diário* demonstrava toda a sua preocupação para com os rumos que os eventos vinham tomando, apontando para o “muito mau tempo” que corria para a República, quando “a população ordeira que trabalhava e que produzia, a população para quem a paz e a ordem” representavam “elementos de que dependiam a sua tranquilidade, o seu bem-estar e o benéfico resultado do seu labor” vivia “sob uma atmosfera de temerosíssimas apreensões, sempre receosa do dia de amanhã, sempre preocupada com os boatos que chegavam a seus ouvidos e a que -infelizmente, a agitação que reinava em todo o país dava razão de ser” (*Diário do Rio Grande*, 23 jan. 1892).

Em nome da volta à estabilidade no Estado, o jornal fazia severas censuras com relação à fase de exasperação a que chegavam as lutas políticas, expondo que “a família rio-grandense, dividida por longa e alterosa muralha de ódios políticos”, achava-se naquele momento “sob a pressão de graves e temerosos acontecimentos”, estando ameaçada “de uma guerra civil e, portanto, do descalabro de longos anos de labor e de progresso”, pois “o ódio partidário atingira o seu ponto culminante e das suas explosões” poderiam resultar “as mais lamentáveis desgraças, se a prudência, a abnegação e o patriotismo” não dessem as mãos naquele “momento angustioso” (*Diário do Rio Grande*, 7 fev. 1892).

Diante desse quadro pintado pela folha, foi com grande admiração que ela recebeu a volta de Gaspar Silveira Martins do exílio, revelando suas antigas afinidades partidárias, pois destacava que o militante liberal, que teria sido exilado “pelo pecado de ser o homem de maior influência política em todo o Estado”, representava um dos esteios que em larga escala poderia prestar sua contribuição visando a solução daqueles graves acontecimentos. O periódico estabeleceu verdadeiro paralelo comparativo entre o Rio Grande do Sul antes e depois da retirada de Silveira Martins, afirmando que “tudo estava mudado” e que “o vasto cenário político em que o eloquente tribuno representou os mais importantes papéis e tanto se impôs aos aplausos e admiração de nacionais e estrangeiros” estaria “inteiramente desmantelado e a pedir que mão possante o reconstruísse e afugentasse do templo os vendilhões que o desprestigiavam e conspurcavam”²⁶ (*Diário do Rio Grande*, 7 fev. 1892).

Os desmandos político-administrativos da época do Governicho foram alvo de críticas da parte do *Diário*,

²⁶ Desde essa época o jornal testemunhava a heterogeneidade que marcava as forças oposicionistas no Rio Grande do Sul na fase de implantação da República e apontava para a “franca reserva, senão espírito de hostilidade” com que os dissidentes republicanos haviam recebido “o antigo chefe do liberalismo rio-grandense”. Lamentava a folha “o desacordo latente”, tendo em vista a necessidade “de uma nova agremiação, composta de cidadãos verdadeiramente interessados no levantamento do nível moral da administração pública, que tanto se ressentia da desorientação característica das facções que lutavam unicamente pela posse do poder” (*Diário do Rio Grande*, 24 fev. 1892).

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

mormente o período de governo do dissidente Barros Cassal. De acordo com o jornal, os atos daquele governante revelavam “o mais formal pouco caso pela opinião”, pois, ao invés de cuidar da administração pública, punha em prática “medidas que não eram da sua competência”, de modo que continuava “em ação a anarquia, com todo o seu cortejo de ilegalidade e atentados”. A folha qualificava como “desanimadora a situação política do Rio Grande do Sul”, pois o mesmo “vivía por assim dizer no ar, sem saber se imperava a ditadura” ou se valia o “regime da Constituição que fora lei fundamental do Estado”. Mais uma vez, o periódico argumentava que não se havia “adiantado um passo no sentido da organização do Estado”, desde o 15 de Novembro, permanecendo o “completo estado de desorganização política e administrativa” (*Diário do Rio Grande*, 18 mar. e 2 abr. 1892).

As censuras do diário rio-grandino concentraram-se sobre a dissidência republicana, enquanto a mesma esteve a testa do Governicho. Segundo o jornal, os dissidentes constituíam-se em uma “insignificante minoria” que pretendia “a todo transe dispor a seu arbítrio dos destinos do Estado”, embora a opinião pública não os quisesse “como governantes, não depositando neles confiança”. Criticando o constante adiamento para a eleição à Convenção Rio-Grandense, a folha afirmava que estes fatos se desencadeavam graças às “conveniências” daquele “pequeno grupo” que pensava “por esse modo firmar-se no governo do Estado”. Concluindo, o *Diário*, mesmo colocando-se como “estranho absolutamente às lutas dos partidos”, considerava que o Rio Grande estava “sendo joguete de ambiciosos que colocavam as suas paixões acima dos

interesses da sua terra" (*Diário do Rio Grande*, 6 maio 1892).

Mesmo realizando estas críticas, o *Diário do Rio Grande* continuava a insistir na manutenção de uma postura norteadada apenas pelos interesses gerais, lançando mão da sua já tradicional estratégia discursiva proclamava-se como apartidário, neutro e/ou imparcial. A retomada do poder por parte dos castilhistas promoveria um avanço ainda mais intenso deste espírito apolítico da folha que, mais uma vez mergulhou em uma etapa de silêncio político, não tendo conseguido sequer dar uma maior divulgação à ação do Partido Federalista o qual realizava um intento anteriormente apontado indiretamente pelo próprio jornal, reunindo, mesmo que de forma não muito estável, as diversas frentes oposicionistas do Rio Grande do Sul. A partir de então, o jornal praticamente encerraria suas análises de conteúdo político,

O *Artista*, por sua vez, também apoiou firmemente a Revolução de 8 de Novembro e aplaudiu com veemência a derrota da ditadura, como caracterizava as práticas dos governantes republicanos de então. Revelando a manutenção de suas afinidades partidárias, o jornal saudou o retorno de Gaspar da Silveira Martins do exílio, manifestando sua esperança de que naquele líder político estivesse uma possibilidade de solução à crise na qual submergia o país. O diário declarava então que era com festa que recebia, "ao solo de seu berço natal, o regresso do emérito rio-grandense", portador das "boas normas" e as "moralizadoras práticas políticas, de sentimentos altruísticos, de uma identificação sincera com a ideia republicana e de uma fé viva na supremacia das instituições democráticas".

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Apontava aquela liderança como elemento ideal às necessidades do país, o qual estaria precisando “de um braço forte, de um ânimo reto, de um espírito superior e cheio de abnegação”, que desfraldasse “aos ventos da liberdade e da tolerância política a bandeira da paz e da confraternização da família rio-grandense” (*Artista*, 8 fev. 1892), naquele momento de iminente conflito bélico.

O período do Governicho, notadamente durante a administração da dissidência republicana, contou com opiniões significativamente negativas de parte da folha, a qual afirmava que “nunca um governo, um partido ou uma escola” se desacreditara “tão depressa como sob a administração efêmera e interina do Sr. Dr. Barros Cassal”, o qual havia subido “ao poder em nome de princípios que a vitória da revolução consagrara”, cabendo-lhe, portanto, “a responsabilidade da máxima observância prática aos princípios cuja defesa reunira em armas as legiões rio-grandenses contra a ditadura do centro”. Porém, ao contrário, aquele político, através de uma “apostasia completa e ostensiva”, tornara-se “um déspota, um tirano” e “um ditador por sistema (...) intolerável e inconsequente”. O periódico pregava a todos, “sem exceção de partido ou cor política”, que militassem “no jornalismo independente”, servindo “ao progresso, à política e à civilização rio-grandense”, que rompessem com aquele governo, cujo chefe parecia “disposto a tornar-se um *Napolean le petit*” apontando este como “um dever de honra, imposto pela dignidade do jornalismo livre, pelo próprio civismo dos que não quisessem retrogradar na escala das grandes conquistas da liberdade” (*Artista*, 30 mar. 1892).

Para o jornal, o governo da dissidência republicana era amplamente contraditório, e sobre ele,

questionava como se poderia acreditar na sinceridade de uma “facção que representada no poder por um de seus mais fervorosos sectários”, obrigava este “a representar o papel de *Jano* político, oferecendo duas faces inteiramente opostas”; ou ainda, como acreditar “na fervorosa sinceridade do revolucionário” que se sublevava contra “uma ditadura odiosa” e, colocado no poder, “arvorava-se em ditador ostensivo”, renegando os princípios do movimento de Novembro de 1891. Este desacordo com os republicanos dissidentes chegou a levar a folha a criticar o positivismo, apontando as possíveis falhas da “doutrina de Comte”, denominando-a de “seita positivista”. Ainda com relação ao caráter oposicionista assumido pelo periódico quanto aos representantes da dissidência do Partido Republicano, o *Artista* censurou acremente a Demétrio Ribeiro, Antão de Faria e Barros Cassal, chamando-os de “trindade sinistra” que em muito estariam prejudicando os interesses dos rio-grandenses. Na perspectiva do diário, os liberais gasparistas não deveriam manter qualquer vínculo político com relação aos dissidentes do castilhismo²⁷. Os constantes adiamentos das eleições à

²⁷ Com referência ao Congresso de Bagé, o jornal interpretava que a partir do mesmo ficaria evidente a impossibilidade de união entre os liberais, apegados a seus princípios, com “a natureza heterogênea dos elementos que formavam” a dissidência republicana; e explicava que “em vez de distinguirmos um mal nessa ocorrência que inevitavelmente deveria dar-se mais cedo ou mais tarde, descobrimos a fonte benéfica de uma série de profícuos resultados políticos. Antes a discriminação leal, conscienciosa e clara do que a confusão hipócrita, obedecendo a sugestões de interesses. Temos, pois, dois partidos no Estado, duas coletividades que mereçam esse nome - a que obedecerá a chefia do Sr. Dr. Gaspar da Silveira

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Convenção Rio-Grandense também constituíram-se em alvo da censura do periódico, que atacou tanto a Barros Cassal, quanto ao General Barreto Leite por esta atitude, este último governante também foi criticado pelas constantes demissões que promovera nos quadros públicos gaúchos (*Artista*, 1º abr., 30 abr., 9 maio, 16 maio, 31 maio e 1º jun. 1892).

Diante deste cenário de crise, o diário rio-grandino manifestava seu receio quanto à conjuntura político-econômica nacional, afirmando que a “ninguém era permitido encarar com indiferença o quadro lutuoso da deplorável situação” na qual se achava o país, “arremessado à beira do abismo da ruína pelos desacertos contínuos dos que assumiram a tremenda responsabilidade de sua reconstrução política”. O jornal referia-se a uma “tríplice crise”, que envolveria a crise política, a financeira e a comercial, esta originada a partir das duas anteriores. Segundo o entendimento da folha, a crise política fora “determinada pela súbita transformação nas instituições e pelo pouco critério que inspirou os principais fatores da revolução”, permanecendo os novos governantes “menos empenhados em cercar a República de simpatia e

Martins e a que reconhece como chefe o Sr. Dr. Júlio de Castilhos. A outra dissidente há de desaparecer indeclinavelmente, eliminada, absorvida pela força das circunstâncias” (*Artista*, 2 abr. 1892). Nesse sentido, o periódico desconsiderou o Partido Republicano Federal, de predomínio da dissidência republicana, como força oposicionista, encontrando no Partido Federalista, de ascendência liberal, o autêntico representante da oposição gaúcha.

adesões do que em firmar o domínio de um exclusivismo funesto" (*Artista*, 4 maio 1892).

Os pronunciamentos de natureza político-partidária seriam novamente interrompidos a partir do retorno de Júlio de Castilhos ao poder. O jornal que chegara a criticar a doutrina positivista à época do enfraquecido governo de Barros Cassal, não repetiria esta atitude diante do forte e autoritário governo de Castilhos, retomando então a argumentação de consistir-se em um representante da imprensa neutra e apolítica. Definia-se como "estranho às lutas partidárias e alheio inteiramente às conveniências de seita ou facção", estando, "mais do que nunca disposto a manter uma neutralidade rigorosa", fazendo votos "que o prélio travado se decidisse pacificamente ou pelo melhor dos modos", sem que houvesse "o doloroso desgosto de assistir ao derramamento do sangue rio-grandense". Diante do confronto que se preparava, manifestava o desejo de que o país não desse "ao mundo o espetáculo de um povo que se trucidaria com a fúria dos canibais", e, mesmo reconhecendo que "a situação era assaz grave", argumentava que se fazia "mister pedir inspirações ao bom senso e ao patriotismo" (*Artista*, 18 jun. 1892). Desta forma, o jornal mergulharia em nova fase de silêncio político.

O apoio ao Governicho

O *Eco do Sul* constituiu-se em uma das folhas mais ativas no campo político-partidário na cidade do Rio Grande, filiando-se, historicamente, ao Partido

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Conservador. Com a República, o jornal, apesar do apoio inicial, se tornaria um dos maiores críticos aos governistas e representaria, no contexto gaúcho, uma das principais forças de oposição e resistência ao castilhismo. Neste quadro, o periódico apoiou peremptoriamente e de forma participativa a Revolução de 8 de Novembro e, com regozijo, anunciou as quedas de Deodoro da Fonseca e de Júlio de Castilhos. Ao contrário dos demais diários rio-grandinos, o *Eco*, manteve um apoio integral aos governantes que substituíram os castilhistas. Este apoio ao Governicho esteve ligado a uma aproximação dos responsáveis pelo jornal, ao menos naquele momento, com os dissidentes republicanos, fazendo com que o periódico tivesse de, constantemente, adaptar seu discurso político, de acordo com as novas alianças partidárias entre os opositores ao castilhismo.

Assim, a partir da instalação do Governicho, o *Eco* colocou-se como aliado dos novos governantes, passando a promover uma aproximação cada vez mais íntima com o pensamento e as práticas dos dissidentes republicanos. Frente aos ataques da imprensa oposicionista, o jornal defendia o governo, justificando que mesmo “os atos mais dignos de aplausos, as medidas de ordem mais prudentemente tomadas, tudo, enfim” era “sistemática e violentamente sujeito as mais apaixonadas apreciações, as mais torpes censuras”. A folha rio-grandina asseverava que “o governo estava forte”, mas convinha “não perturbá-lo em sua marcha gloriosa e não criar-lhe embaraços” e seria exatamente o que estava tentando fazer aquela “imprensa desorientada”, procurando “perturbar e embaraçar os negócios públicos”, em uma “espécie de conspiração”.

Diante dos boatos de que os castilhistas estariam buscando aliados dentre os militares para promover um contragolpe, o periódico conjecturava que este “glorioso Exército” não aceitaria a pecha de “desorientado, anarquista e sedicioso”, desvirtuando sua própria “atitude eminentemente patriótica” exercida, pouco antes, contra os governos ditatoriais (*Eco do Sul*, 20 e 30 jan. 1892).

O jornal justificava seu apoio ao governo e a aproximação com os dissidentes republicanos fazendo referência à primeira frente partidária que reuniu os opositores ao castilhismo, a União Nacional, que congregava liberais, conservadores e dissidentes, afirmando que aquele apoio datava da época da extinção da “momentosa agremiação de caráter político que se denominava União Nacional, criada como um centro de resistência aos desmandos do partido do Sr. Castilhos”, quando os sectários daquela unificaram-se, “por ideias” a Demétrio Ribeiro, Antão de Farias e Barros Cassal, formando o Partido Republicano Federal, “cujo programa luminoso, preso às doutrinas do regime federativo, constituía um documento solenemente firmado, garantidor dos patrióticos fins que presidiram a esta criação”, passando, então, a representar os legítimos ideais anticastilhistas. De acordo com esta convicção, o diário censurou a defesa entabulada por Silveira Martins quanto ao sistema parlamentarista, afirmando que já estava “suficientemente definido na atualidade política”, ficando junto do Partido Republicano Federal e condenando o “regime parlamentar” (*Eco do Sul*, 31 jan. e 12 fev. 1892).

A folha lamentava que o “preclaro rio-grandense” fosse “infernoso, como se mostrou

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

positivamente, ao regime presidencial”, afirmando que preferia vê-lo ao lado dos dissidentes, sem discordar “num só ponto das doutrinas científicas seguidas pelos históricos republicanos”. Declarava, também sua “fé robusta de que o grande patriota, sustentando suas opiniões”, não tentaria “perturbar a marcha do governo”, concorrendo, isto sim, “com o seu imenso prestígio para torná-lo ainda mais forte do que estava”. Caso este desejo não se confirmasse, o jornal deixava evidente sua postura, destacando que continuaria a “bater-se nas fileiras do Partido Republicano Federal” e, mesmo “sentindo profundamente”, teria “de enfrentar Silveira Martins como um adversário” (*Eco do Sul*, 12 fev. 1892).

Em fevereiro de 1892, o jornal denunciava que Júlio de Castilhos preparara uma fracassada contrarrevolução visando seu retorno ao poder e acusava o líder republicano de ser um “desorientado, imprudente, mau patriota e degenerado rio-grandense, que, se deixando arrastar pela paixão política, não medira a tremenda responsabilidade de sua temerária empresa”; bem como não meditara que ele iria “arrastar os seus amigos a um sacrifício inglório e com todas as probabilidades de um mau sucesso”; e, finalmente, não pesara “os grandes males, os desastres em que ia precipitar o Estado, provocando uma luta de pais com filhos, de irmãos com irmãos, sem dúvida a mais lamentável das lutas”. A folha rio-grandina argumentava que ao provocar esta “luta fratricida”, Castilhos estaria promovendo uma guerra ilegítima, pois atacaria um governo que não “malbaratava a fortuna pública”, não “atacava a liberdade individual”, não “oprimia o cidadão” e nem se ressentia “da falta de

apoio público". Destacava ainda que a maior prova do prestígio do governo estava na própria derrota do grupo castilhista, ao qual faltou "todos os recursos para levar por diante um movimento revolucionário", demonstrando sua falta de capacidade "para colocar-se de novo à testa dos destinos do Estado e que, em sua rápida passagem pelo governo se havia impopularizado" (*Eco do Sul*, 17 fev. 1892).

O diário tirava ilações otimistas da propalada tentativa de golpe castilhista, afirmando que, a partir de então, o Estado tendia "a entrar num regime normal" em que as "comoções populares", as quais vinham "embaraçando a organização do Rio Grande do Sul", iriam ser sucedidas pela "paz e a concórdia". A folha avisava que não era "por meio do braço armado que os adversários do Partido Republicano Federal deveriam disputar a desejada vitória", propondo, assim que se suspendessem as "lutas violentas", evitando-se as "conturbações populares" as quais poderiam "degenerar em guerra civil". Explicando que o governo estaria "amparado pela confiança popular", o jornal apelava aos adversários para que fossem "patriotas para não perturbar a obra de organização do Estado" e que disputassem "nas urnas e não com as armas a aspirada vitória, a desejada posse do governo", pois era o que, naquele "delicado momento, impunha o patriotismo" (*Eco do Sul*, 17 fev. 1892).

Diante da substituição do general Barreto Leite por Barros Cassal, a folha renovou o seu apoio aos situacionistas de então. Referindo-se ao afastamento do militar, por motivos de saúde, lamentava que "o Rio Grande se veria privado, no momento excepcional que atravessava, dos serviços ativos do digno patriota que a

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

revolução vitoriosa colocara no mais alto posto do Governo do Estado". Garantia, no entanto, que nada se alteraria na política até então seguida e que "Barros Cassal no governo seria uma grande e bem fundada esperança", pois, "republicano intemerato e mais que tudo patriota até o sacrifício", o líder dissidente, era "um dos mais imediatos responsáveis pelo movimento revolucionário de Novembro", representando, portanto, todos os princípios desta rebelião. Certo dos relevantes serviços que o novo governante iria prestar, o jornal fazia votos que "o insigne patriota mais brilho ainda conseguisse ainda imprimir à fulgente auréola que circundava o seu nome". A sustentação do periódico ao "Governicho" foi tamanha que chegou a anunciar que uma "nova fase estava aberta a este glorioso Estado" e solidário com ela ficava o *Eco do Sul*, o qual chegou a proclamar-se como "órgão governista"²⁸ (*Eco do Sul*, 8 e 23 mar. 1892).

²⁸ O apoio da folha aos governantes de então tornou-se tão veemente que o jornal, tradicional defensor da liberdade de expressão, chegou a defender até mesmo as medidas coercitivas adotadas por Barros Cassal no controle à imprensa, declarando: "Temos o dever de externar francamente a nossa opinião", nada tendo "a reclamar contra o decreto sobre a liberdade de imprensa. (...) O atual governador do Rio Grande só tem em vista assegurar a mais ampla liberdade de imprensa, extinguindo de vez a *mofina* e o *testa de ferro*, isto é, a irresponsabilidade. Na lei, segundo até os comentadores mais chicanistas, não se deve desprezar a *intenção* e esta, acreditamos, é a mais dignificadora por parte do jornalista e governador Barros Cassal. Os fúteis pretextos a que se apegam alguns jornalistas para fazer oposição à lei, sem que a

A partir do final de março de 1892, o diário passou a preocupar-se com as cisões que se tornavam iminentes no interior das forças opositoras ao castilhismo, destacando que “do seio do Partido Republicano Federal emergira um grupo dissidente que tentava por todos os modos perturbar a ação patriótica do Governo do Estado”. Para o jornal, estes “novos perturbadores” trabalhavam “em uma obra de grande males, esquecendo, do modo o mais lamentável, os compromissos de honra mantidos em face da opinião esclarecida” e renegavam o “programa” do partido que dera “combate aos inimigos da Pátria e da República”, fizera o movimento de 8 de Novembro e estava governando o Estado, naquele momento. Ao qualificar o Congresso de Bagé com o epíteto “retrocesso e anarquia”, a folha criticava os seus participantes, afirmando que, ao proclamar “desarrazoadamente velharias que a República em feliz momento extinguiu, os parlamentaristas do *gasparismo* tentavam voltar atrás, sem que chegassem a justificar os motivos porque assim procediam”, além do que trabalhavam “funestamente o espírito da sociedade rio-grandense, aconselhando a anarquia entre membros que compunham um só organismo”. Sentenciava ainda “os perturbadores”, pela atitude “impatriótica”, a sujeitarem-se “às imposições do civismo, que não poderia permitir que se fomentasse a desordem”, em uma “tentativa desastrada” de levar a população à luta (*Eco do Sul*, 24 mar. e 2 abr. 1892).

O periódico considerava inaceitável a atitude dos “chefes parlamentaristas reunidos em Bagé”, que, com

critiquem seriamente, não têm valor algum” (*Eco do Sul*, 24 mar. 1892).

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

sua opção pelo sistema de governo parlamentar estaria ferindo os princípios básicos da República Brasileira. A folha anunciava que na eventualidade de uma vitória eleitoral, a agremiação que tinha “como guia supremo o Sr. Silveira Martins, apoiado na espada do intemerato companheiro da Revolução, o respeitável general Silva Tavares” iria “destruir tudo quanto os republicanos ousaram fazer até então”. Na defesa do argumento de que a república federal era incompatível com o sistema parlamentarista, o jornal destacava que esta ideia só poderia ser “a invenção a mais infeliz de cérebros inteiramente desequilibrados, afeitos a todas as velharias e que não produziam nada de útil”. Acusava “aqueles que acabaram de erguer a bandeirinha do federalismo parlamentar” de serem “incapazes de explicar logicamente semelhante disparate e, por isso, abusando da loquacidade, adubavam os seus discursos com umas retumbâncias” só aceitáveis “em assembleias numerosas” as quais aplaudiam “na razão da música palavrosa do orador” (*Eco do Sul*, 3 e 12 abr. 1892), uma especialidade do líder gasparista, segundo o diário rio-grandino.

O jornal chegou a imputar aos sectários do Congresso de Bagé a pecha de monarquistas afirmando que o desejo do Sr. Silveira Martins e de “todos quanto o divinizavam era estabelecer na terra rio-grandense um regime em continuação daquele que gozavam sob a forma decaída em 15 de Novembro”, querendo, portanto, “na República, as coisas novas da Monarquia. Avisava, no entanto, que a época não era “de crenças fictícias” e sim de “concepções reais”, de modo o que “o Brasil jamais seria parlamentar”, apesar da vontade dos “sebastianistas disfarçados em *patriotas*”. Segundo a folha,

Gaspar da Silveira Martins era “incompatível com a política republicana”, havendo, por esta razão, a necessidade de deter o “gasparismo parlamentar” que estaria tentando “à socapa apoderar-se do poder oficial para ditar suas leis ao Centro defensor da República Federativa”, cabendo ao governo “lançar mão de medidas extraordinárias para que não vingasse o plano” dos “anárquicos”, pois este seria o dever de todos quantos amassem a liberdade (*Eco do Sul*, 12 e 14 abr. e 1º maio 1892).

Paralelamente às críticas aos “parlamentaristas”, a folha continuou orientando seus pronunciamentos na direção de sustentar o governo da dissidência republicana. Na volta de Barreto Leite ao Executivo Estadual, o jornal declarava que ele assumiria “para continuar o trabalho glorioso que recomendava ao reconhecimento da opinião consciente e esclarecida”, realizado por Barros Cassal, “o invencível agitador da época das comoções patrióticas e o homem que (...) maiores qualidades revelou como organizador, seguindo a rota da política moderna”. Ainda a respeito de Barros Cassal, o periódico destacava que, “cumprindo religiosamente o dever, o digno patriota traçou as primeiras linhas de uma política nova, orgânica, útil e real, encaminhando o Estado para as conquistas gloriosas do futuro”; e, mesmo “em meio das agitações as mais demolidoras – lutando com a oposição sistematicamente mantida, de um lado pelos partidários de velharias e do outro pelos descontentes que a Revolução abateu, estes e aqueles dominados por uma política toda pessoal –”, ele conseguira “traduzir em lei o pensamento republicano, de acordo com as aspirações de uma sociedade” a qual queria o desenvolvimento e o

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

fim dos “velhos preconceitos do partidarismo estéril”. Ao concluir, o jornal explicava que “o espírito público e o bom senso popular ia compreendendo proficuamente que os destinos do Rio Grande estavam ligados à orientação republicana, como a pregavam e a praticavam os políticos do porte de Barros Cassal” (*Eco do Sul*, 21 abr. 1892).

Até mesmo os constantes adiamentos das eleições estaduais, promovidos tanto por Barros Cassal quanto por Barreto Leite, foram justificados pelo diário rio-grandino, utilizando-se do argumento que os “parlamentaristas do Sr. Silveira Martins” haviam se separado do Partido Republicano Federal e, com isto, alterado o quadro político-partidário rio-grandense, criando um clima de “perturbação” não favorável à realização do pleito eleitoral. Mais uma vez a folha censurava a atitude dos aliados da véspera, acusando-a de inconstitucional, afirmando que era inútil o trabalho dos “sectários do *gasparismo*”, que, “por escárnio ou pilhéria, diziam-se federalistas”, além do que era “delituoso, porquanto atentava contra o regime republicano, que todo o cidadão bem orientado tinha o dever de sustentar e defender, sem medir sacrifícios”. Deste modo aplaudia a atitude daqueles governantes cujo objetivo seria “zelar pelo bem público, em toda e qualquer época” e, ainda mais, “quando uma agremiação de homens tentava perturbar a marcha da sociedade”, a qual não poderia “estar a mercê de agitadores contrários ao sistema estabelecido e aceito por toda a nação” (*Eco do Sul*, 6 maio 1892).

Essas manifestações político-partidárias do *Eco do Sul* revelavam, nas constantes construções e reconstruções de conflitos discursivos - onde os mesmos

indivíduos apareciam ora como aliados e, pouco depois, como adversários, caso dos gasparistas -, as próprias incongruências e a heterogeneidade latentes no cerne das forças anticastilhistas, cujas alianças modelavam-se de acordo com os interesses e as circunstâncias eleitorais, políticas e militares de cada momento. Com estas indecisões partidárias, as alterações na governança do Estado e a iminente retomada do poder pelos castilhistas, o *Eco* anunciou uma nova mudança na sua orientação editorial, declarando que se afastaria dos embates de cunho político²⁹. Dessa maneira, diminuíram

²⁹ A 8 de junho de 1892, o proprietário do *Eco* declarava: “Em face dos acontecimentos que enlutam a moral política do nosso país e muito principalmente do nosso Estado, não há homem, por maior vontade que tenha de servir à causa pública, que não sinta o desânimo e a descrença na sinceridade de todos os sentimentos cívicos. Os acontecimentos fazem-no descrever de tudo e sobretudo convencem-no de que os sacrifícios não foram feitos para as lutas do partidarismo. Desde os meus anos mais vigorosos tenho empregado toda a minha atividade no serviço da Pátria, filiado ao partido que mais se tem coadunado com os interesses da comunhão brasileira. Fiel sempre ao programa abraçado e sempre intransigente servi à causa da Pátria nas fileiras do Partido Conservador, continuando na República com a mesma fidelidade a prestar o meu concurso ao Partido Republicano Federal, cheio de aspirações e tendente a implantar a felicidade em meio à anarquia que tem reinado depois de 15 de novembro de 1889. Não foi fraco o meu concurso prestado. As colunas deste jornal, do qual sou proprietário, sob a pena intemerata de João José Cezar, serviram de conduto para a guerra sem tréguas que o meu partido moveu aos governos despóticos (...). Lutei como um desesperado, mas cansei! No silêncio das causas que

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

significativamente o número de artigos envolvendo a discussão política e partidária expressos nas páginas do jornal, prenúncio das fortes perseguições que se fariam sentir nos meses seguintes.



Assim, as manifestações dos diversos representantes da imprensa rio-grandina acerca do período alcunhado de Governicho refletiram as diferentes e divergentes visões recorrentes ao período quanto aos destinos e às formas pelas quais se deveria orientar o novo país republicano. Além disto, os jornais reproduziam também as várias reações da frentes oposicionistas diante da oportunidade, única por sinal, que as mesmas tiveram de apeiar os castilhistas do poder. Para o *Diário do Rio Grande*, o Governicho constituiu-se em um grave momento no qual os rio-grandenses permaneciam divididos por ódios partidários e, especificamente quanto à administração da dissidência, considerava-a como anárquica, ilegal e marcada pelo descaso para com a opinião pública. O *Artista* também se opôs ao governo

motivaram este cansaço, queiram ver os que me leem a delicadeza dos meus sentimentos. Basta de política. Estou positivamente resolvido a não gastar mais o meu esforço e minha atividade nas lutas estéreis do partidarismo que só trazem os desgostos e as inimizades. Esta folha doravante ocupar-se-á tão somente dos interesses gerais da Pátria, não esquecendo os que dizem de perto ao nosso município. Não se diga assim, que me falece o amor pela terra brasileira. Ao contrário - amo-a tanto mais quanto agora desprezo as questiúnculas partidárias”.

dos dissidentes, acusando-o de estar traindo os princípios da Revolução de 8 de Novembro, ao substituir uma ditadura por outro ainda pior. Já o *Eco do Sul* apoiou integralmente o governo da dissidência republicana, considerando os atos deste como dignos de aplauso, por estar colocando em prática uma política nova, orgânica, útil e real em direção ao progresso e às aspirações da sociedade. Estas variadas formas de reagir diante daquele intrincado momento político deixavam evidente a heterogeneidade das forças oposicionistas no Rio Grande do Sul, uma vez que entre os representantes dos antigos partidos imperiais e os dissidentes republicanos só havia um ponto em comum – o anticastilhismo. Neste sentido, as folhas rio-grandinas espelhavam exatamente estas idiossincrasias e incoerências latentes no seio dos grupos anticastilhistas que, se digladiando em lutas internas, acabariam por abrir caminho à ascensão do modelo castilhista que se perpetuaria no poder ao longo de décadas³⁰.

³⁰ Publicado originalmente na Revista *Biblos*, Rio Grande, Editora da FURG, 2002, v.14, p. 75-90.

A fermentação pré-revolucionária (de meados ao final de 1892) sob o prisma da arte caricatural nas páginas do *Bisturi*

Uma das mais importantes publicações ilustrado-humorísticas que circulou no contexto sul-rio-grandense foi o *Bisturi*. Era editado na cidade do Rio Grande e circulou de maneira regular entre 1888 e 1893 e, com edições mais esporádicas, passando por várias interrupções, permaneceu até 1915. Em sua primeira etapa, conviveu com diversos momentos de inflexão da formação histórica brasileira e gaúcha, como a abolição da escravatura, a instauração da República, a promulgação da Constituição, o golpe de Estado do primeiro Presidente da República e a reação que se seguiu e a Revolta da Armada, além do processo de fermentação e espocar da Revolução Federalista. À época imperial, demonstrou simpatias pelas práticas liberais, sob a liderança de Gaspar Silveira Martins. Aplaudiu a mudança da forma de governo, fazendo a ressalva de que imaginava um modelo republicano embasado na liberdade. O padrão autoritário exercido por Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto e, fundamentalmente, no âmbito estadual, por Júlio de Castilhos, colocou o *Bisturi* em aberta oposição a tal autoritarismo. Nesse sentido, viria a atuar abertamente como força jornalística oposicionista e de resistência ao

castilhismo, comportamento que lhe custou um alto preço, com ferrenha perseguição, fiscalização e coerção que pesaram sobre suas atividades.

Como representante da imprensa satírico-humorística e ilustrada, o *Bisturi* promoveu um periodismo altamente crítico-opinativo, exercendo as práticas das críticas social e de costumes e, mais ainda, a de natureza política. Lançou mão da arte caricatural como elemento constitutivo fundamental de seu norte editorial, associando o texto à imagem, em prática que lhe deu notória popularidade. Além disso, promoveu um papel moralizador, observando a sociedade e buscando identificar e denunciar os malfeitos e diagnosticar soluções para as mazelas sociais. Nessa linha, promoveu uma proposta jogo-séria, uma vez que o humor pode ser simultaneamente divertido e sério, ainda mais por refletir uma qualidade vital da condição humana. Nesse quadro, o enfoque calcado no humor quase sempre reflete as percepções culturais mais profundas, ao oferecer um instrumento poderoso para a compreensão dos modos de pensar e sentir moldados pela cultura³¹.

A arte caricatural envolve representações grotescas, cômicas, satíricas, burlescas e ridículas da realidade³². De modo simultâneo a caricatura pode trazer o comentário a um grande acontecimento político ou a

³¹ DRIESSEN, Henk. Humor, riso e o campo: reflexões da antropologia. In: BREMMER, Jan & ROODENBURG, Herman (orgs.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 251.

³² BAHIA, Juarez. *Dicionário de jornalismo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 63.

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

figuras destacadas da sociedade e também uma tirada jocosa acerca de uma figura popular qualquer. O seu olhar crítico, a escolha das temáticas abordadas e o sucesso que sua inserção no jornalismo obteve refletem algumas características da mentalidade da época³³. Tal arte reflete uma dada realidade a partir de sua lente específica, com o fito de caracterizar o seu objeto de observação, seja o vinculado a um fato ou a uma personalidade³⁴. Além disso, ela oferece contribuição fundamental ao debate político, desmistificando o poder e incentivando o envolvimento de pessoas comuns nos assuntos de Estado³⁵.

Desde a proclamação da República, o Rio Grande do Sul viveu uma fase de profunda agitação, com um encaminhamento que parecia inevitável em direção à guerra civil. O projeto castilhista de busca pela perpetuação no poder, com práticas autoritárias, exclusivistas e amplamente restritivas à ação das oposições, fez com que se formasse uma base oposicionista que, impossibilitada de ocupar o aparelho do Estado a partir dos mecanismos institucionais/coercitivos criados pelo castilhismo, viria a apelar para a opção das armas, motivada pelo já histórico “direito à revolução dos povos”. A cada crise que se desencadeava no contexto rio-grandense, a

³³ MORAIS, Fernanda Borges Ferreira; MAGALHÃES, Maria Benedita Cabral de & MORAIS, Maria José da Silva. *A caricatura: um recurso educativo nas aulas de História*. Lisboa: Associação de Professores de História, 1996. p. 6.

³⁴ LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. v. 1, p. 28-29.

³⁵ BURKE, Peter. *Testemunho ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2017. p. 121.

ameaça de explodir o conflito revolucionário tornava-se cada vez mais próxima da realidade. Um desses momentos deu-se em meados de 1892, quando Júlio de Castilhos retornou ao poder, iniciando-se um período de hegemonia que perduraria por décadas. A fermentação revolucionária abria um caminho sem volta em direção ao enfrentamento bélico e o *Bisturi* refletiu tais circunstâncias em suas edições publicadas entre junho e dezembro de 1892.

A retomada do poder por parte dos castilhistas foi representada pelo semanário rio-grandino por meio de caricatura, na qual Júlio de Castilhos era elevado aos ares, impulsionado em uma gangorra, tendo um militar na outra extremidade. No desenho, tal instrumento que serve para impulsionar age como uma alavanca, que traz consigo o princípio ativo, colocando em movimento o princípio passivo e a matéria inerte³⁶. Nesse sentido, o periódico buscava demonstrar que Castilhos não tinha respaldo popular para voltar ao governo, contando, isto sim, com a sustentação do poder militar. Os dois personagens que compunham a ilustração traziam papéis com termos como “vingança”, “ódios”, “repressão”, “demissões” e “patotas”, em analogia com a expectativa para com as práticas governamentais do castilhismo. A legenda era carregada de ironia e jocosidade: “O divertimento político da atualidade”³⁷.

³⁶ CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 27.

³⁷ BISTURI. Rio Grande, 19 jun. 1892.

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA
DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA



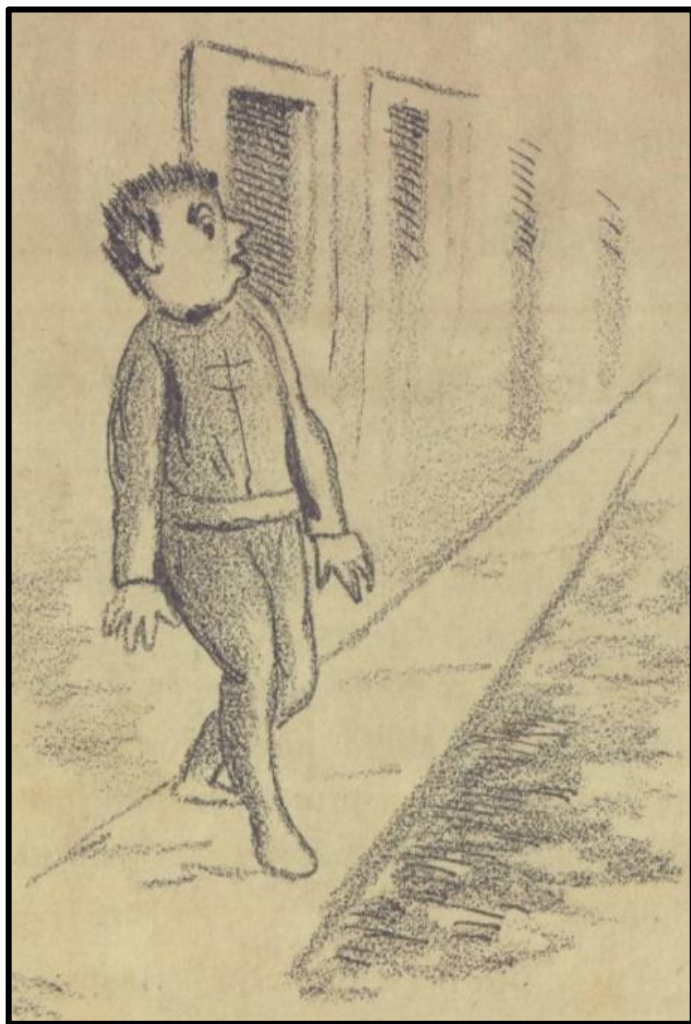
O retorno de Júlio de Castilhos ao cargo de mando sul-rio-grandense já despertou agitações, como as ocorridas na cidade do Rio Grande, conforme mostrou o *Bisturi*. Nessa linha, o hebdomadário publicou um conjunto de caricaturas retratando os acontecimentos no contexto citadino. No primeiro quadro, o bobo da corte – símbolo da arte caricatural, largamente utilizado pelo periódico para representar seu corpo redacional – espantava-se com o “barulho” predominante, alegando que “o *Bisturi* ficou com medo de sair à rua ao grito de morra!... viva!...”. Em seguida, o personagem se esgueirava pela rua, refletindo sobre “mais uma revolução”, considerando a situação vigente como uma “praga infernal”, ficando “a cidade completamente alarmada”. Ao mostrar um homem fortemente armado, descrevia que “os chefes de famílias tomaram sérias e enérgicas providências”. Com um fuzil e uma espada em suas mãos, o bobo se mostrava trêmulo, pois ficava confuso, ao ouvir “o estourar de um foguete”, confundindo-o com um tiro e passando a tremer “dos pés à cabeça”. Uma outra imagem trazia um homem portando armas e sentado em um canhão, sendo ele descrito como alguém que se armara “de coragem” e saíra “à rua prevenido para afrontar qualquer perigo”. No mesmo quadro, dois cidadãos conversavam, preocupados com os comentários que se referiam “de mil modos à revolução”. Os adversários castilhistas apareciam comemorando, dando “vivas a Castilhos”, levantando seus chapéus, para depois armarem-se desmesuradamente, de modo a ficarem “de prontidão e completamente munidos”, com duas sentinelas controlando o telégrafo, enquanto uma força armada tomava a cadeia. Também foram apresentadas prisões e

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

atitudes policiais buscando recrutar “cidadãos para fazerem a guarda”. Ao final, o bobo da corte retornava, anunciando que voltaria a atirar-se “à pedra com vontade”, buscando vencer “o susto” que lhe atormentara naquela semana³⁸.



³⁸ BISTURI. Rio Grande, 19 jun. 1892.



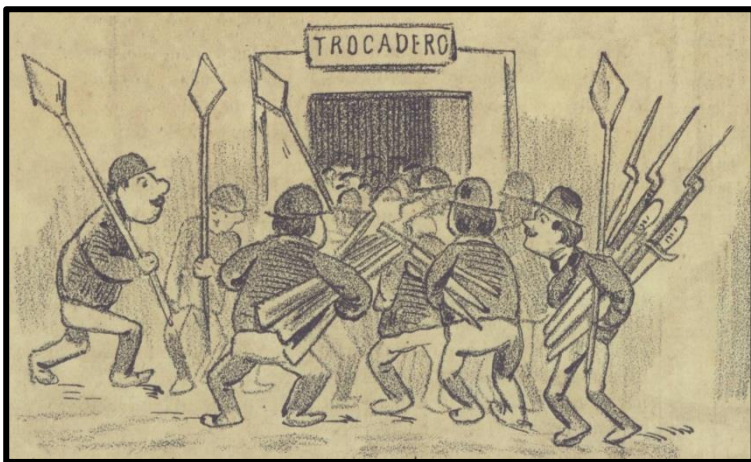
ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA
DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA





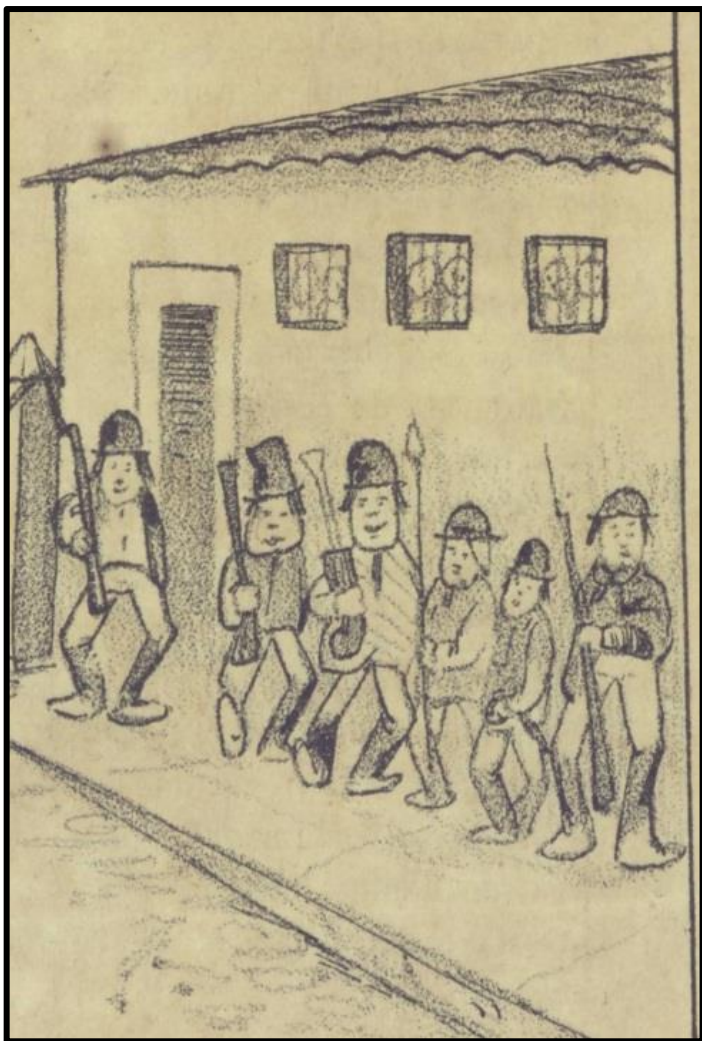
ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA
DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA



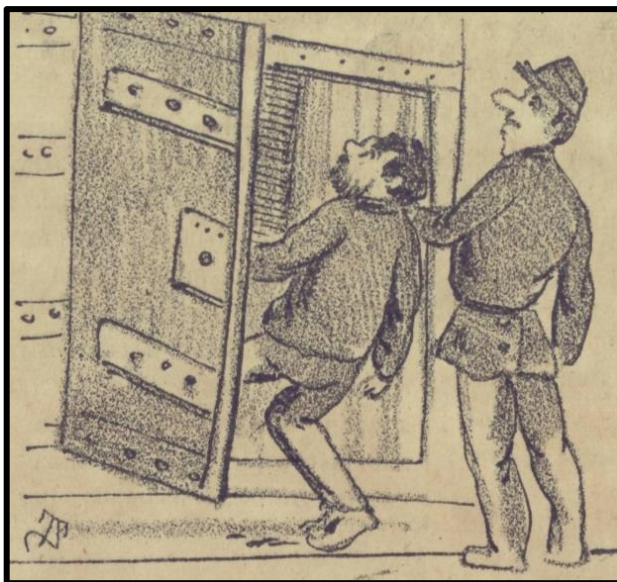


ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA
DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA





ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA
DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA





Em julho de 1892, através de nota editorial, diante da situação de intranquilidade política, com ironia, o “diretor artístico do *Bisturi*” declarava que, “por enquanto, está ainda resolvido a manter-se neutro em política e, por isso, previne aos seus numerosos amigos e correligionários” que recebia “consultas no escritório desta redação”. Além disso, dizia que, “também para todos os efeitos, que continua a manter-se completamente neutro, pronto para a vida e para a morte”, bem como se prontificava “a ir a qualquer conferência política com discursos próprios da ocasião, por preços módicos”. Em artigo intitulado “A nossa atitude”, a redação afiançava que o periódico não estaria “alugado a partido algum”, constituindo-se em “uma folha notavelmente independente, cheia de hombridade e civismo”. Ficava demarcado ainda que “a sua política é apreciar e criticar os fatos com a precisa imparcialidade”,

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

pouco se importando “com os que subiram e muito menos com os que desceram”³⁹.

Ainda que declarasse tal neutralidade, o semanário não deixava de manifestar sua insatisfação com o regime vigente, ao constatar que, “depois de 15 de novembro, desta data lutuosa para o Brasil inteiro, a nossa alma de patriota cobriu-se de luto”, sentindo “então o coração profundamente oprimido, rasgado de dores cruelíssimas, diante da nova situação que traiçoeiramente inaugurou-se”, em “meio de geral consternação”. Em alusão clara ao castilhismo, afirmava que, desde aquele “momento desastroso para a nação brasileira, em que se inaugurou um partido sem fé, sem moral, sem pudor, sem humanidade” e ainda “sem patriotismo”, conservara-se “indiferente com o que se passa nas altas regiões da governança”. Demarcando sua oposição tanto a castilhistas quanto a dissidentes, o periódico declarava que não lhe interessava “saber quem assumiu as rédeas da presidência do Estado, nem tão pouco quem dela caiu apodrecido e vilipendiado”, já que não tinha “para aquele as manifestações ruidosas do nosso contentamento, os foguetes congratulatórios, os vivas convencionais”, pois “isso seria bajulação”, bem como não tinha “para o que caiu palavras de consternação” ou “lágrimas de carpideira, porque isso seria hipocrisia”. Diante disso, reforçava que o seu “ideal político já todos sabem” a partir de manifestações anteriores, de maneira que não tinha “lágrimas para os que caíram e, muito menos, risos e alegrias para os que subiram”⁴⁰.

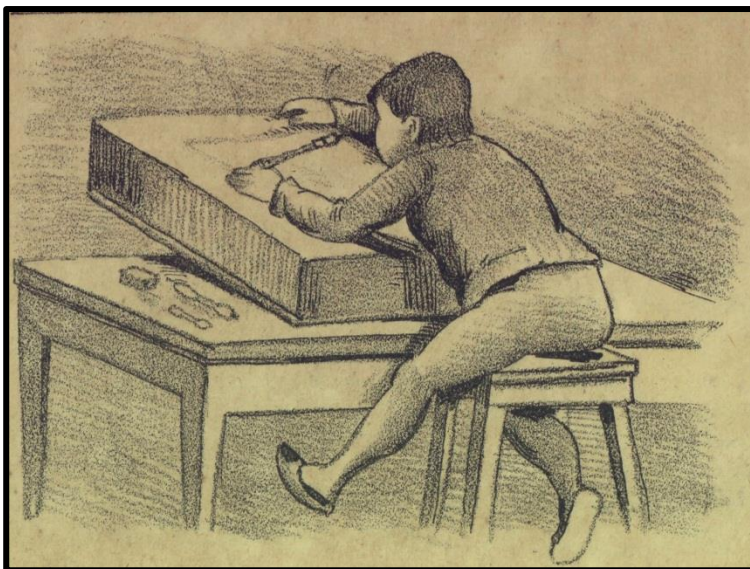
³⁹ BISTURI. Rio Grande, 3 jul. 1892.

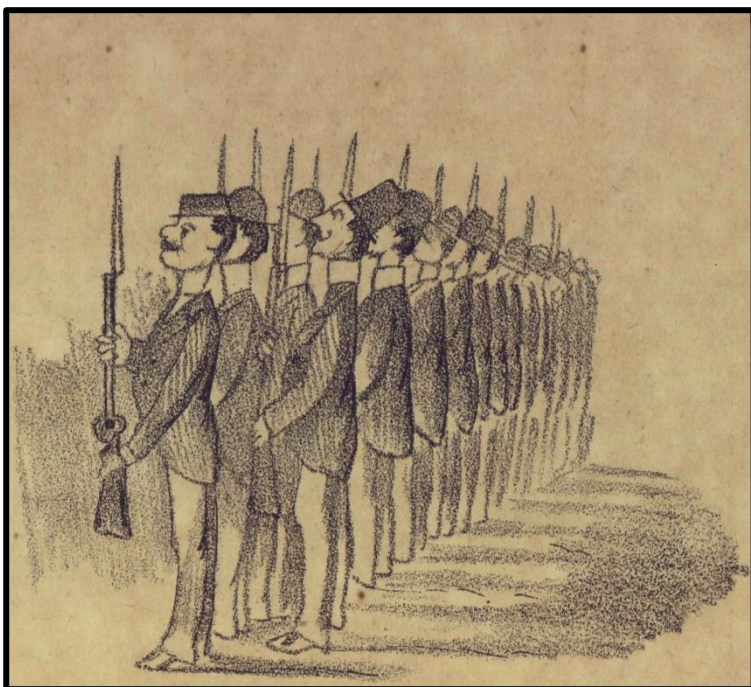
⁴⁰ BISTURI. Rio Grande, 3 jul. 1892.

Em termos caricaturais, o hebdomadário trazia novamente o bobo da corte que aparecia de crayon à mão, preparando mais uma edição. O tom permanecia irônico ao transmitir uma calma que não havia, dizendo que “o *Bisturi* continua no gozo da mais perfeita saúde e na maior tranquilidade”, pois, “felizmente ainda não foi vítima da lei do arroxo”, em alusão à repressão governamental para com a liberdade de expressão. Ao mesmo tempo, revelando a ironia ao referir-se a tal calmaria, o mesmo bobo olhava pela janela do escritório temeroso do movimento de forças policiais que se deslocavam pela cidade, referindo-se ao “grande movimento de tropas revolucionárias percorrendo as ruas da cidade” – em sinal de que os castilhistas estariam, naquele momento, considerando o golpe que levou seu líder de volta ao poder como uma espécie de rebelião. Perante tal cena, a folha afirmava que “o povo alarmado contempla medonhamente todo este aparato bélico”. Além disso, mostrava forças perfiladas no litoral e civis que pegavam em armas, fazendo referência a “um batalhão de ‘patriotas castilhistas’, bem armados e disciplinados, prontos a morrerem pela *legalidade*”. Mais uma vez o semanário forçava a mão na pegada da ironia, pois não observava nenhuma “legalidade” no castilhismo. Na mesma linha, outro militar vinculado aos governistas era apresentado “cruzando a cidade, como garantia da paz à família rio-grandense”, mas, na verdade, provocando o pânico entre a população⁴¹.

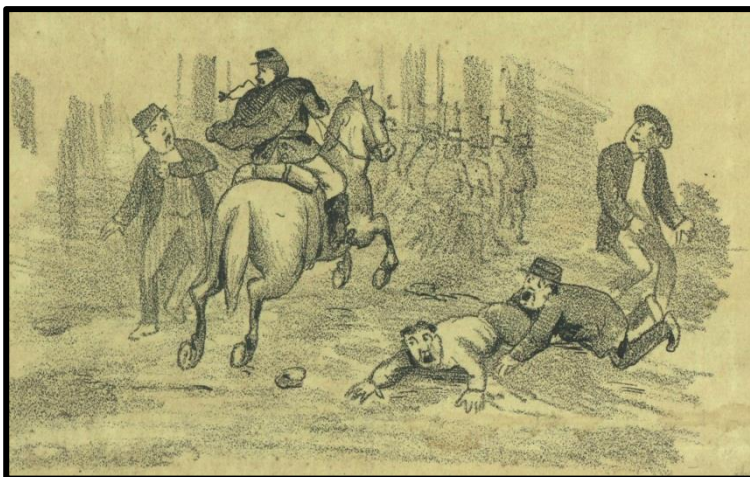
⁴¹ BISTURI. Rio Grande, 3 jul. 1892.

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA
DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA





ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA



Na posição editorial, o periódico publicou a coluna intitulada “Nada de partidos”, na qual ironizava jocosamente que o país estaria “em completa bonança”, com “todos a serem favorecidos com a ausência dos sanguinários partidos”. A respeito da busca pela hegemonia castilhista, declarava com zombaria que “estamos todos republicanos não há que ver?”. Mantendo a linha de dizer exatamente o oposto do que pretendia, demarcava que “a situação dominante, com este estado de coisas, tornou-se adorável”. Em seguida, na mesma edição, foi publicado o artigo “Os bons tempos”, no qual a publicação ilustrada expressava um saudosismo das liberdades que teriam demarcado a época monárquica, além de realizar profundas críticas à conjuntura vigente. Segundo a folha, nos novos tempos, “tudo afeta dolorosamente a vista, tudo é triste e hediondo”, bem como “tudo nos mostra que atravessamos uma época de criminalidades verdadeiramente assustadora e horivelmente lúgubre”.

Mantendo o enfoque, demarcava ainda que os tempos presentes constituíam uma “época de misérias humanas, de grandes calamidades em que pisamos sobre o sangue ainda fumante de milhares de irmãos” e no qual “estremecemos de horror diante dessa carnificina em grande escala”, constituindo, enfim, uma “época de luto, de fome e de peste”⁴².

Por ocasião de uma visita de Júlio de Castilhos à cidade do Rio Grande, o *Bisturi* estabeleceu ferrenha críticas ao governante e aos castilhistas. Na edição seguinte, publicou o artigo denominado “É preciso reagir”, no qual sua postura anticastilhista ficava bem evidenciada:

O nosso último número fora extraordinariamente procurado, causando a mais agradável impressão a forma altamente sobranceira e imparcial com que narramos os acontecimentos ocorridos por ocasião da manifestação ao Dr. Castilhos.

É que o *Bisturi* já tem uma reputação firmada, é que sabem que ele não mente aos seus leitores, que não sabe fazer de sua pena um instrumento aviltante de embustes e hipocrisias, escrevendo o que lhe convém e não o que sente, adulterando manhosamente os fatos, mentindo à própria consciência para ser agradável a meia dúzia de criancolas alvorada em mandões da terra, que querem por meio do terror amordaçar a consciência daqueles que não os aplaude nem os imita.

⁴² BISTURI. Rio Grande, 17 jul. 1892.

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Bem sabemos que é difícil e arriscada a nossa tarefa, bem sabemos que está assestado sobre os nossos peitos o bacamarte do bandido nos impondo silêncio e humilhação e a retroceder a nossa índole, rude, livre e reta, mas não importa, nem as ameaças nem as balas conseguiram desviar-nos da linha honesta que, de harmonia com a nossa consciência, traçamos com o firme propósito de conduta.

A nossa natureza é especial, não cede à imposição nem ameaças, não recua mesmo ante o perigo inevitável da morte.

Também não sabemos abrir luta nos atalhos sombrios e tortuosos das emboscadas e das traições e sim à luz do dia e a peito descoberto.

É assim que discutimos, é assim que defendemos os humildes contra a prepotência dos fortes, é assim que prestamos o nosso desinteressado apoio às vítimas de um governo sem orientação e moralidade.

E quem se pode conservar indiferente, surdo aos gritos agonizantes de milhares de vítimas implorando proteção e justiça?

De toda a parte, pelo desregramento do seu condenado proceder, ecoam brados de indignação, gemidos contristadores das vítimas imoladas ao punhal do rancoroso e desalmado adversário.

O governo cruza os braços e a tudo responde que é – mentira.

E os atos de vandalismo recrudescem assombrosamente, contando com a impunidade, mormente nos lugares da Campanha, onde se praticam em nome da *legalidade*, as maiores atrocidades, os mais hediondos atentados, os maiores barbarismos, odientas perseguições,

saques, degolações, desonras... e o governo a tudo só responde que – é mentira.

E os fatos medonhamente se reproduzem, e os miseráveis festivamente tripudiam em volta dos seus cadáveres, como os canibais ao redor de suas presas destinadas aos seus banquetes.

Que situação nefanda!... (...)

Seria longo enumerar a série de vandalismos e atrocidades sem nome, praticados em pleno regime da *legalidade*.

Eis porque a sociedade vai resvalando pelo vórtice de uma decadência moral, cheio de abismo, perdido para as emergências do trabalho honesto e honrado.

É preciso, portanto, que alguém se coloque à frente destes *mandões*, que enfrente todos os perigos sem temer o punhal da traição, nem a arma vil da calúnia oficial.

É preciso combater denodadamente, sem tréguas nem descanso, contra os déspotas da situação, contra os miseráveis que estão embebendo de sangue o solo desta pátria tão feliz e generosa, hoje teatro de crimes nefandos que a torna a escória das nações.

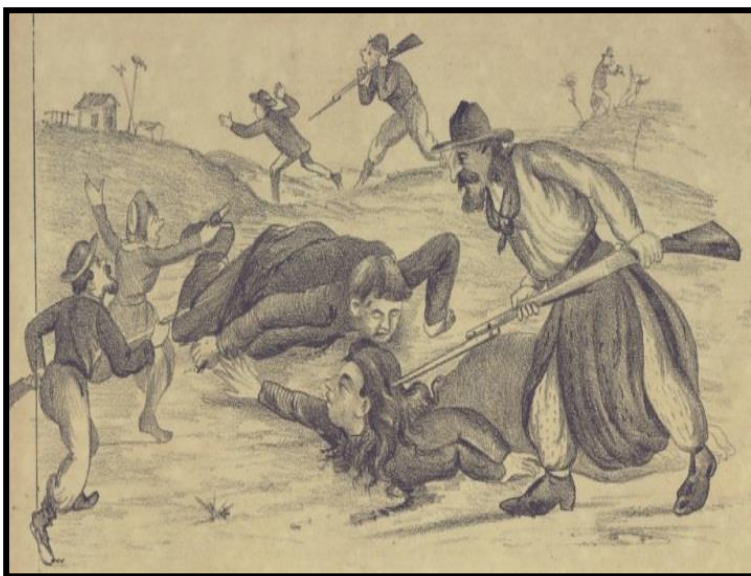
É para o que estamos trabalhando⁴³.

A “situação nefanda” citada pelo periódico era traduzida também com o recurso imagético, pelo qual os agentes do governo castilhista perseguiram e trucidavam a população, chegando a matar bebês e atear fogo em casas. Segundo o semanário, “na Campanha continuam as tragédias medonhas de assassinatos, roubos, degolações e outra perversidades humanas, praticadas

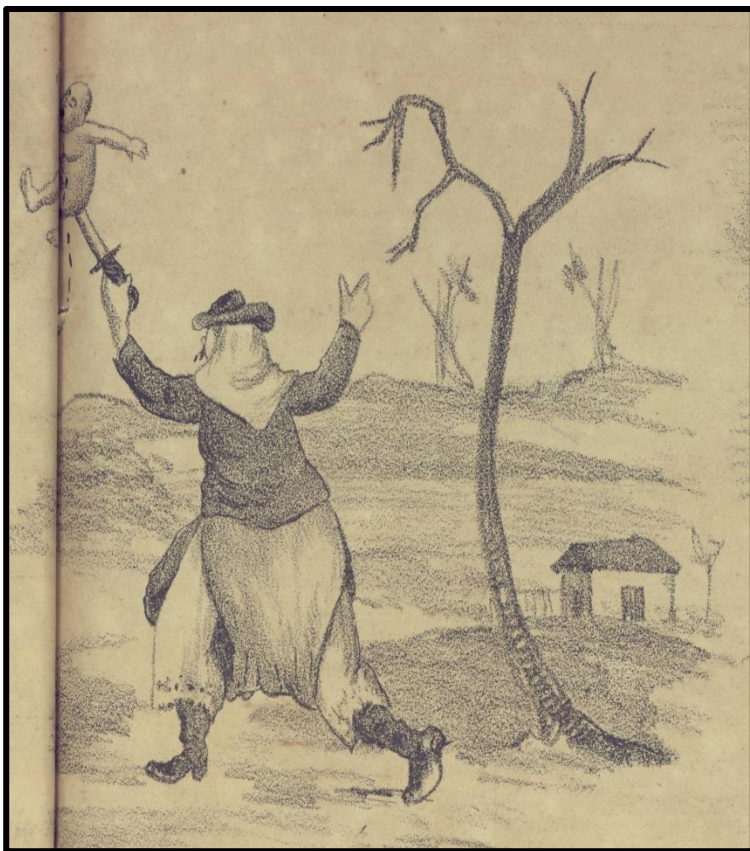
⁴³ BISTURI. Rio Grande, 21 ago. 1892.

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

em nome da *legalidade*". Fazia referência a uma "horda de malfeitores capitaneados por chefes rancorosos e vingativos", que "assassinam famílias inteiras, degolando", de modo a "terem o diabólico prazer de ver os infelizes correndo campo afora, com a artéria decepada". Destacava ainda que, "depois do saque, os bandidos atacam fogo nos ranchos, para aqueles que escaparem do punhal morrerem à fome e à miséria"⁴⁴.



⁴⁴ BISTURI. Rio Grande, 21 ago. 1892.

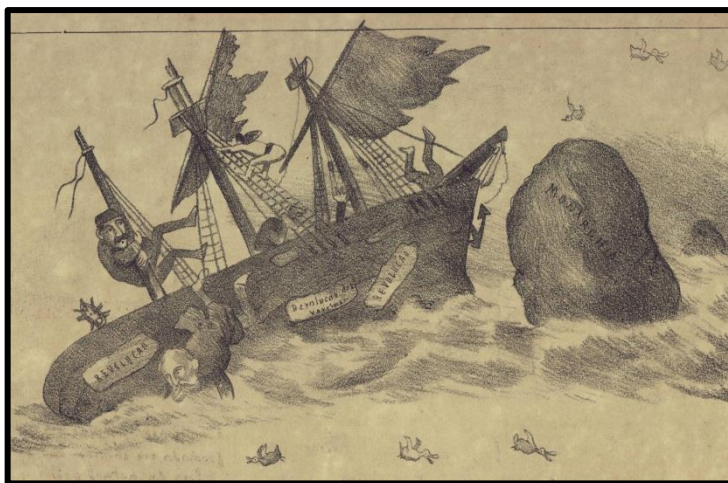


ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA



As críticas do *Bisturi* estendiam-se ao governo na esfera federal, ao mostrar o Estado Nacional como um navio que se espedaçava, enquanto os marinheiros fugiam espavoridos e, quanto às autoridades presidenciais, Deodoro da Fonseca, já afastado do poder desde novembro de 1891, surgia caindo às águas, enquanto Floriano Peixoto, em desespero, procurava segurar-se em um mastro. Nesse caso, a embarcação não conseguia vencer os dois perigos essenciais de todo navegar, ou seja, a destruição e o retrocesso. Ao não conseguir controlar a nau, o governante perdera a

segurança e o rumo definido, indo de encontro a um rochedo, que dá a ideia de permanência e solidez⁴⁵. No desenho, o barco ia inevitavelmente esboroar-se contra o rochedo relacionado ao regime decaído, além de estar cheio de rombos no casco, identificados com a iminente revolução. Diante disso, a folha comentava que “a nau do Estado”, apesar de “tão novinha”, já estava “tão escangalhada”, de modo que, naquela situação, “o calhambeque talvez não possa por muito tempo suportar os golpes”, vindo a naufragar “desastradamente”. Em seguida, Floriano se mostrava inconsolável, sobre uma estrutura improvisada com destroços, encontrando-se “sobrenadando, sem leme e sem bússola”, em nada “mais do que uma jangada de náufragos”⁴⁶.



⁴⁵ CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Editora Moraes, 1984. p. 500 e 571.

⁴⁶ BISTURI. Rio Grande, 28 ago. 1892.

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA



O olhar crítico sobre a agitada contingência brasileira e sul-rio-grandense e a perspectiva oposicionista quanto aos castilhistas do *Bisturi* voltava a ser manifesto em matéria editorial. Segundo a publicação caricata, o país atravessava “uma quadra de pavor e consternação”, na qual “todos tremem pela própria existência”, e “nem é possível haver alegria”, restando apenas “luto e desespero”. Apontava que na conjuntura da época nunca se deparara “com cenas tão nefandas e revoltantes como as que diariamente” eram presenciadas, com “roubos, assassinatos e outros atentados que, pela horribilidade de sua natureza”, traziam “o espírito revoltado e apavorado”. Dizia ainda que “nunca este infeliz Brasil passou pelo que está passando, nunca seus filhos sofreram o que estão

sofrendo” e “nunca tão vivamente se desenhara em seus rostos o despeito, a desesperação e a raiva”, de maneira que não haveria “palavra humana que possa exprimir o que vai de sofrimento pelo coração do povo”. Citava também os recorrentes “roubos, incêndios, saques e desonras”, além de “cenas de canibalismo que se tem praticado em nome da *legalidade*”⁴⁷.

As acusações contra os governistas e as atitudes repressivas em relação à liberdade de expressão retornavam no artigo intitulado “Impera o punhal”. Nesse sentido, o periódico afirmava que “é raro o dia que a imprensa da oposição não registra um fato de pasmosa e requintada malvadez praticada pelos *carolinos* da situação dominante”. Destacava ainda que continuava “a imprensa a ocupar-se dos bárbaros crimes praticados impunemente em nome da *legalidade*”, havendo “crimes tremendos que têm levado o luto e a miséria por toda parte”. Complementava, declarando que o jornalismo oposicionista “tem noticiado circunstanciadamente todo o horroroso itinerário desses homicídios, desses atos de verdadeiro canibalismo”, os quais se encontravam “revestidos de todas as ferozes circunstâncias que se podem imaginar”. Ressaltava igualmente os relatos acerca de “cenas horrorosas de incêndios, assassinatos, degolações, roubos e desonras”, de modo que se tratava de uma “época corrupta e triste”⁴⁸.

Para o semanário, a revolução tornara-se um rumo certo, demonstrando isso por meio de desenho no qual uma figura feminina de barrete frígio aproximava-

⁴⁷ BISTURI. Rio Grande, 11 set. 1892.

⁴⁸ BISTURI. Rio Grande, 9 out. 1892.

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

se, “atravessando corajosamente montes e vales”. A ilustração refletia uma conjuntura em que elementos constitutivos das sociedades e conceitos abstratos foram representados por meio da personificação estabelecida a partir de figuras usualmente femininas⁴⁹, que designavam, entre outros, a liberdade, a república, a democracia e a própria revolução. Tal “mulher revolucionária” carregava um machado, o qual é o símbolo do poder da luz⁵⁰, podendo trazer ainda o sentido da cólera e da destruição, que pode ser observado por um prisma positivo, no caso em que o ato de destruir se aplica a tendências nefastas⁵¹. No caso, a ação de rebeldia se justificaria por combater a “tirania” castilhistas⁵². Na mesma linha, mostrando destruição e morte, com corpos atirados ao chão, alguns deles com as cabeças decepadas, o *hebdomadário* constatava que “teremos a guerra civil”, já que “será inevitável esta guerra horrorosa, entre irmãos” e “entre pais e filhos”. Além disso, apresentava desenho em que indivíduos se preparavam para a reação, apontando que “desgraçadamente nos parece que alguma coisa se conspira”, perante “tanta honra” e “tanta infâmia por vingar”⁵³.

⁴⁹ BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora da UNESP, 2017. p. 96.

⁵⁰ CIRLOT, 1984. p. 360.

⁵¹ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 576.

⁵² BISTURI. Rio Grande, 23 out. 1892.

⁵³ BISTURI. Rio Grande, 16 nov. 1892.



ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA



A folha rio-grandina menosprezava os castilhistas, apontando que a imprensa governista buscava transformar “um pigmeu de barrete encarnado” em “um gigante”. Mais uma vez denunciava as violências, considerando-as como causadas pelos governistas, que haviam gerado uma “época de barbarismo e de terror, de roubos, desfloramentos e degolação”. Considerava ainda tratar-se de uma “miserável situação” e de uma “época de tiranos e maldosos, de acusadores implacáveis”, que se regozijavam “em ver o sangue dos seus irmãos correndo em ondas para saciar a sede inextinguível dos seus ódios e vinganças”, em um quadro pelo qual “tudo nos enche de assombro e espanto”. A publicação manifestava o

desejo de que os “monstros” situacionistas, que prevaleciam por meio “da ferocidade”, viessem a pagar “caro” por “suas sanguinárias torpezas, trazendo na frente o ferrete de assassinos de milhares de seus irmãos”. A oposição movida aos governistas ficaria novamente evidenciada por ocasião de uma nova visita de Júlio de Castilhos ao sul do Estado, sendo ele representado como um pato – como uma forma de tratamento pejorativo e em alusão ao seu apelido de juventude –, que sobrevoava a cidade portuária, sendo descrito que “o horrendo monstro atravessou o espaço, qual tempestade, trovejando ao longe”. Descrevia também a presença do governante na vizinha cidade de Pelotas, na qual fora realizada uma recepção promovida pela pressão dos situacionistas, que teriam forçado a população a receber o “ilustre chefe desta política nefanda e de terrores”. O periódico atribuía várias falas ao líder político, considerando-as como inverdades. Castilhos foi representado pelo semanário como um verdadeiro Satanás, que trazia mortes, incêndios, roubos, destruição, perseguições, infâmias, despotismo e miséria para o Rio Grande do Sul. Em síntese, o chefe republicano, na concepção do hebdomadário, constituía uma figura satânica, ou seja, entre os diabos e os demônios, designava, por antonomásia, a representação do adversário, no caso, um inimigo arrogante e essencialmente mau, simbolizando também o próprio poder do mal⁵⁴, o qual, para alojar-se no poder, não mediria esforços, mesmo que para isso trouxesse a derrocada do Estado⁵⁵.

⁵⁴ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 805.

⁵⁵ BISTURI. Rio Grande, 18 dez. 1892.

ENSAIOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA



Assim, o *Bisturi* demonstrou o ambiente de profunda instabilidade que tomava conta do Rio Grande do Sul desde o retorno de Júlio de Castilhos ao poder até o final do ano de 1892. O periódico denunciou todo o tipo de violência, repressão e perseguição que tomava conta do Estado, práticas acentuadas pelas disputas político-ideológicas e a continuidade do projeto castilhista de busca do alijamento pleno dos opositores de qualquer chance de acesso ao poder. O hebdomadário refletia acerca da perspectiva de que a guerra civil tornava-se cada vez mais um caminho sem volta e, demarcando sua própria postura partidária, apontava o caminho da rebelião como justo, no sentido de combater o modelo autoritário, reforçando as denúncias de que tantos crimes não poderiam ser cometidos em nome da *legalidade*, intencionalmente grafada em itálico para demarcar a ironia e a não-aceitação de que o regime imposto pelo castilhismo

pudesse ser considerado como legalista. A fermentação pré-revolucionária, estampada caricaturalmente e textualmente nas páginas do hebdomadário, em pouquíssimo tempo se transformaria na revolução propriamente dita, aprofundando ainda mais uma estrada de ódios e paixões políticas que marcariam a formação histórica sul-rio-grandense nas décadas seguintes.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



ISBN: 978-65-5306-023-4